



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CASO 18ª FEICOOP**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Raquel Marcele da Silva Prass**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2012**

**PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA  
SOLIDÁRIA: O CASO 18ª FEICOOP**

**por**

**Raquel Marcele da Silva Prass**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Área de Concentração em Qualidade e Produtividade, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Engenharia de Produção.**

**Orientador: Prof. Leoni Pentiado Godoy**

**Santa Maria, RS, Brasil.**

**2012**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Tecnologia  
Programa de Pós-Graduação em  
Engenharia de Produção**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA  
SOLIDÁRIA: O CASO 18ª FEICOOP**

Elaborada por  
**Raquel Marcele da Silva Prass**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Engenharia de Produção**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Leoni Pentiado Godoy, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Édio Polacinski, Dr. (FAHOR)**

---

**Mario Luiz Santos Evangelista, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, 26 de janeiro de 2012

## AGRADECIMENTOS

*Durante o passar do curso muitas pessoas me apoiaram e deram força para continuar, apesar de muitos obstáculos enfrentados chega-se ao final do trabalho.*

*Agradeço primeiramente ao Prof. Mestre Luiz Carlos de Campos Sant'Anna, como orientador em minha graduação de Administração, que apostou em minha capacidade e tornou possível a realidade do mestrado.*

*Agradeço a Profa. Dra. Leoni Pentiado Godoy, orientadora exemplar que me proporcionou um aprendizado imenso em conteúdo e profissionalismo, estes valores certamente levarei comigo para sempre.*

*Agradeço a minha mãe que me ensinou valores inestimáveis para que pudesse chegar até aqui, base primordial de minha vida.*

*Agradeço ao meu noivo Emanuel pelo apoio, ajuda nas dificuldades e todo carinho dedicado.*

*Dedico esta dissertação para todas as pessoas que fizeram parte desta etapa, especialmente a minha amiga Administradora Cristiane Kayser que esteve presente nos melhores momentos e tenho certeza que estará presente eternamente em todos eles na forma de pensamento.*

*As minhas ex-colegas Administradoras o muito obrigado pelo carinho e pela compreensão, nunca esquecerei o quanto foram importantes e quanto continuam sendo importantes para minha formação, em especial a Aline querida colega que sempre esteve presente com suas palavras de apoio.*

*A todos meu muito obrigado!*

*Quando uma criatura humana  
desperta para um grande sonho  
e sobre ele lança  
toda a força de sua alma,  
todo o universo conspira a seu favor.*

***Johann Goethe***

# **RESUMO**

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

Universidade Federal de Santa Maria

## **PERFIL DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: O CASO 18ª FEICOOP**

AUTOR: RAQUEL MARCELE DA SILVA PRASS

ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. LEONI PENTIADO GODOY

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 26 de janeiro de 2012.

O cenário econômico mundial vem sofrendo significativas transformações nos últimos anos, decorrentes, sobretudo de fatores como a globalização, a competitividade e os avanços tecnológicos. Portanto, esta pesquisa tem como objetivo identificar o perfil dos empreendimentos de economia solidária com estudo do caso da 18ª Feira Estadual do Cooperativismo (FEICOOP) realizada anualmente em Santa Maria. Este cenário econômico envolve aspectos e dimensões políticas, organizacionais, informacionais, comerciais, culturais e sociais, entre outras, que se relacionam de maneira dinâmica. A partir daí, o conhecimento se dá com o surgimento de conceitos fundamentais para a deliberação de uma nova oportunidade social de economia. Neste sentido, se destaca a relevância social e científica deste trabalho, pois com a determinação do perfil dos empreendedores de economia solidária dos participantes da 18ª FEICOOP é possível assegurar a melhoria contínua dos processos que envolvem o desenvolvimento e crescimento dos empreendimentos econômicos solidários. Através da identificação deste perfil facilita o desenvolvimento de ações necessárias para o crescimento desses empreendimentos. Também, a definição do perfil auxilia diretamente, trabalhadores e familiares que sobrevivem desta alternativa para geração de trabalho e renda. O estudo de caso foi desenvolvido através de pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, e a coleta de dados foi realizada durante os dias 8, 9 e 10 de julho de 2011, na 18ª FEICOOP. Os resultados mostraram que predominou as mulheres, participação de empreendedores constituídos de família, com destaque no artesanato como grande promovedor da economia solidária, com pouco acesso a recursos governamentais e ONGs. Essa visão é necessária, devido alguns aspectos passarem irrelevantes em consideração à análise regional específica que são necessários para o crescimento e desenvolvimento da economia solidária. Os expositores da feira são participantes de diferentes regiões brasileiras, especificando a visão geral da econômica solidária diante da organização da feira. Ainda, evidenciou que cada empreendimento, com diferentes culturas, adota um plano de desenvolvimento local diferenciados, dependendo da renda per capita e quantidade de desempregados que necessitam de novas atividades econômicas.

Palavras-chave: Perfil, Empreendimentos, Economia Solidária, Feiras Solidárias.

# **ABSTRACT**

## **Master's Degree Dissertation**

Postgraduate Program in Production Engineering

Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

### **PROFILE OF DEVELOPMENTS ENCONOMIA OF SOLIDARITY: THE CASE 18th FEICOOP**

Author: Raquel Marcele da Silva Prass

ADVISER :PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. Leoni Pentiado Godoy

Date and Place of Defense: Santa Maria, 26<sup>th</sup> January 2012.

The global economic scenario has undergone significant changes in recent years, due mainly to factors such as globalization, competitiveness and technological advances. Therefore, this research aims to identify the profile of social economy enterprises in the case study of the 18th State Fair of Cooperatives (FEICOOP) held annually in Santa Maria. This scenario involves economic aspects and the political, organizational, informational, commercial, cultural and social, among others, that relate in a dynamic way. From there, the knowledge is with the emergence of concepts fundamental to the determination of a new opportunity for social economy. In this sense, it highlights the social and scientific relevance of this work, as determining the profile of entrepreneurs to economic solidarity of the participants of the 18th FEICOOP is possible to ensure continuous improvement of processes involving the development and growth of economic enterprises in solidarity. By identifying this profile facilitates the development of actions necessary for the growth of these enterprises. Also, the definition of the profile directly assists workers and family members who survive this alternative to generating employment and income. The case study was developed through exploratory, descriptive and explanatory, and data collection was performed during days 8, 9 and 10 July 2011, in 18th FEICOOP. The results showed that women predominated, involvement of family consisting of entrepreneurs, especially in the craft as a major promoter of the solidarity economy, with little access to government resources and NGOs This view is necessary because some aspects passing irrelevant into account the regional analysis specific than are needed for growth and development of social economy. The exhibitors of the fair participants are from different Brazilian regions, specifying the overview of the economic solidarity of the organization before the fair. Still, showed that each development, with different cultures, we adopt a local development plan differentiated, depending on family income and number of unemployed in need of new economic activities.

Keywords: Profile, Projects, Economic Development, Trade Solidarity

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 - Comparação entre o estilo tradicional de trabalho e estilo atual.....45



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - O campo de Economia Solidária no Brasil.....	30
FIGURA 2 - Economia Solidária e Economia Popular dentro do contexto Economia Popular Solidária. ....	37
FIGURA 3 - Teia da Esperança- Espaços de Comercialização da Cooesperança.....	51
FIGURA 4 - Gráfico Idade x Sexo. ....	58
FIGURA 5 - Gráfico Grau de Instrução x Sexo. ....	59
FIGURA 6 - Gráfico Grau de Instrução x Tempod e Participação na Economia Solidária. ....	60
FIGURA 7 - Gráfico Tempo de dedicação a Economia Solidária x Sustentavel. ....	61
FIGURA 8 - Rentabilidade. ....	62
FIGURA 9 - Gráfico Tempo de Participação na Economia Solidária x Tempo de Dedicção a Economia Solidária. ....	63
FIGURA 10 - Rentabilidade x Tempo de Participação na Economia Solidária.....	64
FIGURA 11 - Gráfico tipo de produto x rentabilidade.....	65
FIGURA 12 - Gráfico grau de intrução x frequencia de treinamentos.....	67
FIGURA 13 - Gráfico tipo de empreendimento x acesso a recursos governamentais. ....	68
FIGURA 14 - Gráfico tipo de empreendimento x dependente dos empreendedores solidários.....	69
FIGURA 15 - Gráfico acesso a recursos governamentais. ....	70
FIGURA 16 - Gráfico acesso a recursos não- governamentais. ....	71
FIGURA 17 - Gráfico motivo para participação na economia solidária. ....	72

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Cruzamento das variáveis sexo e idade, número de casos.....	57
TABELA 2 - Frequência da variável “estado civil”.....	58
TABELA 3 - Cruzamento das variáveis sexo e grau de instrução. ....	59
TABELA 4 - Cruzamento das variáveis, grau de instrução e tempo de participação na economia solidária. ....	60
TABELA 5 - Cruzamento das variáveis, tempo de dedicação à economia solidária e sustentabilidade do empreendimento.....	61
TABELA 6 - Distribuição das rendas por intervalos e classificação dos intervalos. ....	62
TABELA 7 - Cruzamento das variáveis, tempo de participação na economia solidária e tempo de dedicação ao empreendimento. ....	63
TABELA 8 - Cruzamento das variáveis, renda mensal e tempo de participação na economia solidária. ....	64
TABELA 9 - Cruzamento das variáveis, renda mensal auferida e tipo de produto representado pelo empreendimento. ....	65
TABELA 10 - Cruzamento das variáveis, grau de instrução e realização de cursos de aperfeiçoamento.....	66
TABELA 11 - Cruzamento das variáveis de acesso a recursos governamentais e o tipo de produto comercializado pelo empreendimento. ....	67
TABELA 12 - Cruzamento das variáveis de dependentes da renda do empreendimento e tipo de produto. ....	68
TABELA 13 – Acesso a recursos governamentais.....	69
TABELA 14 - Acesso a recursos não- governamentais. ....	70
TABELA 15 - Fator principal que motiva os entrevistados a participar do meio solidário. ....	72
TABELA 16 – Apoio Governamental e Não- Governamental .....	74
TABELA 17 - Perfil da Economia Solidária da 18ª FEICOOP. ....	75

## **LISTA DE FÓRMULAS**

FÓRMULA 1 - Cálculo da amostragem.....	55
--	----

## LISTA DE APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário da pesquisa realizada na 18ª FEICOOP em Santa Maria/RS.....	85
---	----

## LISTA DE SIGLAS

**ADS** - Agência de Desenvolvimento Solidário  
**ANCOSOL** - Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária  
**ANTEAG** - Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária  
**BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
**CNBB** - Conferência Nacional de Bispos do Brasil  
**CNES** - Conselho Nacional de Economia Solidária  
**COREDE's** - Conselho Regional de Desenvolvimento  
**COCRAB** - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil  
**CPC** - Centros Populares de Cultura  
**CUT** - Central Única de Trabalhadores  
**DIEESE** - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio- Econômicos  
**DL** - Desenvolvimento Local  
**ECOSOL** - Economia Solidária  
**ECOPOPSOL** - Economia Popular e Solidária  
**EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
**EP** - Economia Popular  
**FAG** - Frente Agrária Gaúcha  
**FASE** - Fundação de Atendimento Sócio-Educativo  
**FBES** - Fórum Brasileiro de Economia Solidária  
**FEES** - Fórum Estadual de Economia Solidária  
**FEICOOP** - Feira de Estadual do Cooperativismo  
**FURG** - Fundação Universidade do Rio Grande  
**GT** - Grupo de trabalho  
**IBASE** - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
**ICCO** - Organização Inter Eclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento  
**IMS** - Instituto Marista de Solidariedade  
**INTECOOP-UCPEL** - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas  
**ITCP's** - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares  
**MERCOSUL** - Mercado em Comum do Sul  
**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
**MTE** - Ministério do Trabalho e Emprego  
**OEP's** - Organizações Econômicas Solidárias  
**ONGS** - Organizações Não - Governamentais  
**PAC's** - Projetos Alternativos Comunitários  
**PPDLES** - Programa de Desenvolvimento Local  
**SAS** - Strategic Activity System.  
**SEBRAE** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
**SEDAI** - Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais  
**SENAES** - Secretaria Nacional de Economia Solidária  
**SINE-STCAS** - Sistema Nacional de Empregos e Secretária do Trabalho e Assistência Social  
**UFRGS** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
**UFSM** - Universidade Federal de Santa Maria

**UNICAFES** - União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

**UNIFRA** - Universidade Franciscana

**UNISINOS** - Universidade do Vale dos Sinos

**UNISOL** - Universidade Solidária

**UNITRABALHO** - Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Tema .....</b>	<b>15</b>
<b>1.2 Problema de pesquisa.....</b>	<b>16</b>
<b>1.3 Objetivos.....</b>	<b>17</b>
1.3.1 Objetivo Geral .....	17
1.3.2 Objetivos Específicos .....	17
<b>1.4 Justificativa .....</b>	<b>17</b>
<b>1.5 Estrutura do trabalho .....</b>	<b>18</b>
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 Origem da Economia Solidária no mundo.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1.1 Breve histórico da economia solidária no Brasil .....</b>	<b>23</b>
2.1.2 Evolução da economia solidária no Brasil .....	26
2.1.3. Economia solidária no Rio Grande do Sul .....	30
2.1.4. Economia solidária em Santa Maria.....	33
2.1.5 A economia solidária e geração de emprego e renda .....	34
2.1.5.1 Formas de ingresso dos empreendimentos solidários nas feiras .....	38
2.1.6 Formas de Cooperação .....	39
<b>2.2 Perfil Econômico Solidário .....</b>	<b>43</b>
2.2.1 Economia solidária e desenvolvimento local .....	45
2.2.2 Os tipos de produtos dos empreendimentos econômicos solidário .....	47
2.2.3 O apoio do poder público aos empreendimentos de economia solidária em Santa Maria/ RS .....	49
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>52</b>
<b>3.1 Delineamento da pesquisa.....</b>	<b>52</b>
<b>3.2 Tipo e características de pesquisa .....</b>	<b>53</b>
<b>3.3 Natureza das Variáveis .....</b>	<b>54</b>
<b>3.4 Coleta e Análise dos Dados .....</b>	<b>55</b>
<b>4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>57</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>73</b>
<b>5.1 Considerações .....</b>	<b>73</b>
<b>5.2 Recomendações .....</b>	<b>76</b>

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Tema

Tendo em vista no sistema capitalista, o fato de que cada vez mais as empresas incessantemente buscam serem competitivas, parte-se do pressuposto de que a competitividade dá sustentabilidade a empresa permanecer no mercado. Fato pelo qual as pessoas que embora não participem do meio empresarial buscam por algum motivo indispensável, a sobrevivência. Sendo em grande quantidade, pessoas desempregadas e excluídas socialmente. Motivo advindo da necessidade financeira de atender a si próprio e de seus dependentes para saciar a fome, a saúde, a segurança, e o bem-estar social. Como alternativa, cada vez mais disseminada, as pessoas desenvolvem inúmeras alternativas que visam à captação de renda, onde uma das principais alternativas é através do cooperativismo e da economia solidária.

Singer (2010, p. 10) afirma que “a economia solidária é um modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”.

É nesse sentido que se busca traçar o perfil dos empreendimentos da economia solidária através da 18ª FEICOOP, realizada anualmente em Santa Maria-RS. Mostrar que, os empreendimentos de economia solidária necessitam de conhecimento para desenvolverem os negócios e adotar as ações necessárias para seu crescimento seja familiares de pequenos agricultores, até médio porte, industrializadas etc.

As organizações precisam ir além do esperado, isso é encantar o cliente. Para isso é fundamental identificar o perfil dos seus empreendimentos para o crescimento e melhoria contínua dos seus processos e produtos. Com a busca constante da melhoria da qualidade é possível melhorar uma empresa significativamente e constantemente podendo ser considerado um diferencial competitivo no mercado.

Na economia solidária devem ser criadas condições favoráveis para um crescimento sustentável, que permita organizar uma desconcentração a da geração de renda, sob a égide da gestão democrática e coletiva, de autogestão, de respeito ao meio ambiente, como fonte de realização e valorização do trabalhador e de atendimento às necessidades humanas nos



processos de produção, comercialização e consumo e através dos objetivos propostos abre caminhos para a definição de estratégias solidárias.

## **1.2 Problema de pesquisa**

O tema economia solidária surge através do capitalismo mundial que gerou o desemprego. Para Martins (2000) a globalização constitui-se de ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, tecnológico, e a desproporcional acumulação de capital. Portanto, os empreendimentos de economia solidária demandam uma atenção especial para a gestão do negócio.

É importante destacar que, esses empreendimentos são de porte pequeno, mas necessitam competir num mercado turbulento. Godoy et al. (2010) afirmam que, a economia solidária surgiu com o intuito de ser o tipo de produção que se caracteriza pela igualdade de direitos, onde os meios de produção são de posse coletiva das pessoas que trabalham.

Os debates, sobre o tema economia solidária, crescem dia-a-dia, devido à importância do assunto para resgatar as questões sociais e econômicas daqueles que perderam seu emprego. No entanto, as Universidades podem auxiliar com a pesquisa científica para melhorar o desempenho dos processos desses empreendimentos para que, estes possam competir no mercado, e gerar emprego e renda, buscando melhor qualidade de vida desses empreendedores.

Como em outros segmentos, a determinação do perfil no setor de economia solidária contribui para a gestão dos empreendimentos regional, para o crescimento desses empreendimentos, procurando fortalecê-los, tanto na parte social como na geração de emprego e renda.

Desse modo, a presente pesquisa pretende resolver o seguinte problema de pesquisa:

- Qual o perfil dos empreendimentos de economia solidária da 18ª Feira Estadual do Cooperativismo (FEICOOP)?

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1 Objetivo Geral**

Define-se como objetivo geral de pesquisa:

- Identificar o perfil dos empreendimentos de economia solidária que participaram da 18ª FEICOOP.

### **1.3.2 Objetivos Específicos**

Define-se como objetivos específicos:

- Identificar na literatura pertinente características, definições e fatos históricos a cerca da economia solidária;
- Definir a relação com as organizações governamentais e organizações não governamentais que vem assessorando as experiências da economia solidária;
- Apresentar o perfil sócio-econômico dos empreendedores participantes da 18ª FEICOOP.

## **1.4 Justificativa**

O sistema capitalista, hoje, globalizado, é exercido pela exacerbação do consumismo, diminuindo as perspectivas de futuro e de emancipação das pessoas, famílias, comunidades e nações. Sendo caracterizados por uma sociedade que elege o dinheiro, os bens materiais e a propriedade privada como referências absolutas, em detrimento dos valores éticos e sociais da convivência, da cooperação e da solidariedade, que acaba por resultar inevitavelmente no individualismo, na violência e na corrupção (ANANIAS, 2010).

A atitude, a ética e a seriedade são vistas como primordiais para participar do meio solidário. Dentre os resultados que se pode perceber na prática, são as feiras de produtos hortifrutigranjeiros, artesanatos, que surgem e crescem cada vez mais. Essas geralmente têm datas pré-definidas de encontro, e inúmeras vezes são divulgadas com o intuito de saciar as carências financeiras de todos os membros que a compõem. Através das feiras, surgem eventos, debates, incentivos, políticas, e alternativas cada vez maiores e melhores de buscar o bem comum.

Essa nova economia promove o desenvolvimento de todos que por iniciativa própria não obtiveram ainda oportunidade de futuro promissor. Por isso, o estudo do perfil dos empreendimentos da economia solidária é visto como um fator, meio ou alternativa tão desejada para conhecimento, aplicabilidade e disseminação.

Portanto, justifica-se a importância desta pesquisa devido a grande competitividade do mercado que elimina os competidores sem preparo para seguir as mudanças de mercado. A feira de economia solidária realizada no município de Santa Maria, mostra que há uma grande quantidade de pessoas que sobrevivem dos empreendimentos de economia solidária, assim que a definição do perfil desses empreendimentos é necessária para o crescimento dos mesmos.

Ressalta-se que, esta dissertação, busca propiciar aos empreendedores conhecimento necessário para gerir seus negócios. As mudanças devem ser consideradas de acordo com as necessidades e realidades sociais, ou seja, deve ser delineado um novo perfil do profissional, o qual deve contemplar, em sua formação, os parâmetros técnico-científicos e humanos para pode executar o gerenciamento em conformidade com a realidade de atuação num mercado altamente competitivo.

## **1.5 Estrutura do trabalho**

O presente trabalho está estruturado primeiramente na introdução que apresenta a contextualização do tema, ou seja, o que será exposto durante o decorrer do desenvolvimento da dissertação, o problema de pesquisa, objetivos gerais e específicos do trabalho, também justifica da importância do trabalho para os atores da economia solidária.

Em segundo relaciona a fundamentação teórica que contém as bases teóricas da economia solidária, desde suas nascentes mundiais e nacionais até como evoluiu atualmente, contem seus principais conceitos e princípios para a formação dos grupos econômicos solidários.

Em terceiro identifica a metodologia utilizada para que a dissertação fosse desenvolvida, etapas que vão desde as bases fundamentais teóricas, como sustentação para as análises dos dados, seus resultados e as referidas conclusões.

No quarto item, estão a apresentação e análise dos dados da pesquisa realizada como objetivo da dissertação.

No quinto item, encontram-se as conclusões da presente dissertação, são relatados os pontos que mais destacaram e que deram suporte a pesquisa, assim como sugestões e recomendações.

Por último, são descritas os referenciais bibliográficos, que serviram de base para o desenvolvimento de todo o trabalho, e sem os mesmos, o trabalho não teria veracidade de suas informações.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Origem da Economia Solidária no mundo**

A história da economia solidária é remontada na visão de Lechat (2002) através dos acontecimentos durante décadas na Europa. Primeiro destaca as décadas de 30 e 40 do século XIX, que foram marcadas por um novo tipo de regulamentação do trabalho passando de corporativo para concorrencial na França - Lei Le Chapelier em 1791 - que surgiu a necessidade das iniciativas de cooperativas de produção. Nos anos de 1873-1895 ocorre uma grande crise onde as cooperativas agrícolas e de poupança foram as soluções encontradas pelos pequenos produtores. Em 1901 as associações foram reconhecidas na França por lei, ainda com algumas restrições. Nos anos de 1929-1932 ocorre uma depressão econômica provocada pela regulação concorrencial ocasionando a estatização das iniciativas associativas e a separação entre o social, econômico e político. Na segunda metade da década de 70 do século XX, uma nova crise do sistema capitalista trouxe por consequências o desemprego e o fechamento de empresas, a partir de 1977 até 1984 ocorreram uma série de iniciativas para a criação de empregos através de empresas autogeridas. Então, nos anos 80, surge uma nova “literatura a respeito da economia solidária na Europa, na América do Norte, mas também na América Latina e, em particular no Chile, onde se desenvolveu, sobretudo graças a Luiz Razeto” (LECHAT, 2002, p. 6).

Segundo Adams (2010) o pesquisador chileno Luiz Razeto, a partir da década de 1980, estudou as iniciativas populares, pesquisas sobre organizações econômicas populares (OEPs), que é base da reflexão teórica do conjunto dos autores atuantes no campo de economia solidária. O autor reconheceu o vasto campo da economia popular OEPs e a partir daí formulou um conceito mais ampliado da economia solidária, também distinguiu as duas economias, populares e solidárias, e definiu as principais características entre os dois conceitos.

O nascimento da economia solidária não somente foi influenciado pelas crises e acontecimentos que decorreram durante o passar das décadas, mas foram influenciados por idealistas que viram através das necessidades e oportunidades uma forma de evidenciar a economia que deixava lacunas ao passar do tempo, trazendo fracassos e oportunidades aos

trabalhadores. Buber (1945 apud Lechat, 2002, p. 5) apresenta três pares de pensadores divididos em gerações históricas, o primeiro Saint-Simon e Fourier, o segundo Owen e Proudhon e finalmente Kropotkin e Landaurer.

O idealista Sant-Simon (1760-1825) é considerado socialista utópico, assim como Fourier e Owen, e é o principal fundador do socialismo, dividiu as sociedades em ociosos e produtores e achava que a direção do Estado caberia aos industriais, empresários, artesãos e operários (MOREIRA, 2011).

Outro interventor da economia solidária foi Charles Fourier (1772-1837), sua ideia central era que a sociedade se organizasse de uma forma que todas as paixões humanas pudessem ter livre curso para produzir uma harmonia universal (SINGER, 2010). Charles Fourier nasceu em Besançon, França, elaborou um modelo de sociedade baseado na associação e no cooperativismo chamado de “Estado Societário” organizado em falanges. Cada falange seria integrada por 1800 pessoas, que iriam se dedicar a uma atividade industrial que mais se identificasse: do trabalho comercial, do trabalho fabril, do trabalho agrícola, do trabalho doméstico, entre outros (MOREIRA, 2011).

Na abordagem histórica relatada por Singer (2010) destaca-se Owen como um dos maiores idealizadores da economia solidária e detalha-se o legado de sua ascensão associativa.

Robert Owen (1771-1859) nasceu na Inglaterra, foi gerente de um moinho e posteriormente proprietário de um imenso complexo têxtil em *New Lanark* no primeiro século de XIX, que então decidiu limitar as jornadas de trabalho e proibir o emprego de crianças dando-lhes escolas. Todo este esforço resultou em maior produtividade e lucratividade, apesar da vasta folha de pagamento, tornando Owen de grande admiração e respeito pelos empresários de todo lugar (SINGER, 2010).

Owen apresentou ao governo britânico a ideia das Aldeias Cooperativas, em cada uma das quais viveriam cerca de 1200 pessoas produzindo sua própria subsistência, e o excedente poderiam ser trocados entre as Aldeias. O governo britânico se negou a desenvolver o plano de Owen, que partiu para os Estados Unidos com a intensão de promover sua ideia. A Aldeia Cooperativa foi criada, então, em 1825, em *New Harmony*, no estado de Indiana, que logo não teve sucesso, onde Owen permaneceu até 1829 e teve seu retorno a Inglaterra (SINGER, 2010).

No entanto, a ideia de Owen começou a ser disseminada pelos seus discípulos e criadas sociedades cooperativas por toda a parte, conhecidas como “cooperativas *owenistas*” (SINGER, 2010).

A primeira cooperativa *owenista* foi criada por George Mudie, em Londres, a partir de um grupo de jornalistas e gráficos que se uniram para formar uma comunidade que vivesse de seus ganhos profissionais (SINGER, 2010).

Também outro marco de iniciativa cooperativista foi em Brighton, em 1827, por Dr. William King, também conhecido como “médico dos pobres”, fundada a *Brighton Co-operative Trading Association* (Associação Cooperativa de Troca de Brighton) com o objetivo de formar uma cooperativa “*owenista*” funcionando como armazém cooperativo para ajudar a formar fundo de capital. Diversas cooperativas nasceram a exemplo desta, chegando em 1832, a 300 registros de cooperativas (SINGER, 2010).

A partir destes exemplos também surgiram ideias de organizações sindicais, através de John Doherty, em 1929, que lutou pela organização sindical de todas as categorias de trabalhadores, fundando a primeira central sindical relatada no mundo (SINGER, 2010).

Com Robert Owen, “o cooperativismo participou do cenário da revolução inglesa, mediante proposição, ao movimento operário, de um projeto de produção alternativo ao capitalismo - República Cooperativa” (ADAMS, 2010 p. 87).

O idealista Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) nasceu em Besançon na França, trabalhou em uma tipografia, onde conheceu importantes socialistas liberais, com ideais políticos. Mudou-se para Paris e após se formar publicou em 1840 o livro: *O Que É a Propriedade?*, afirmando que a “propriedade é um roubo”, e em 1846, lançou o livro: *Filosofia da Miséria*. Defendia uma sociedade sem o controle de nenhuma autoridade imposta, baseada na esfera da produção e do consumo, ao mesmo tempo, que, defendia a pequena propriedade privada como meio de liberar o homem da exploração do seu trabalho (PAIVA, 2011).

Piotr Kropotkin (1842-1921) foi um anarco-comunista, lutava contra qualquer forma de organização autoritária e centralizada. Valorizava a educação como o principal artifício para preparar os homens para a vida. Considerava que apenas a convivência do homem possibilitaria a prática solidária e de companheirismo, através da vida em pequenos grupos, teriam a possibilidade real da propriedade comum, ao controle comum dos meios de produção. Deveria se basear como comunidades de produtores independentes, onde as nações deveriam investir na produção agrícola e industrial interna, até se tornar autossuficiente, o que evitaria a dependência ao mercado externo (MOREIRA, 2011).

Gustav Landauer (1870-1919) defendia uma filosofia anarquista, que aprendeu através dos pensadores francês Pierre Proudhon e o russo Peter Kropotkin. Sua ideia era

substituir a cidade capitalista por uma aldeia socialista simultaneamente agrícola e industrial, e conservar as tradições camponesas comunitárias (LÖWY, 1979).

Segundo Badin (2003, p. 130), “a proposta de Landauer não é um modelo teórico, mas sim uma proposta de vida, constituindo uma liga de comunidades, com autonomia econômica e política”.

Cada autor teve sua contribuição para a formação da economia solidária, de forma direta ou através da luta de seus ideais, entre outros nomes importantes que até hoje servem de base para estudos e ações para implantação de uma economia mais justa.

### 2.1.1 Breve histórico da economia solidária no Brasil

A economia solidária é um fato muito recente no Brasil, não se tratando apenas de um legado exclusivamente nacional teve suas raízes difundidas de diversas formas culturais e educacionais pelo mundo todo, como tratou item 2.1. Foi construída através dos fatores de política e de economia, dentro do contexto histórico, como surgimento de novas formas de trabalho. É remontada nesta discussão desde 1937, conforme Petta e Ojeda (1999), quando o mercado de trabalho fechava as portas para os trabalhadores com menor poder aquisitivo e estes deveriam achar outras formas de garantir sua sobrevivência.

Inicialmente, nos anos de 1937 à 1945 ocorreu a implantação do Estado Novo, com o principal objetivo de desmontar a organização do movimento operário, retirar suas lideranças operárias, suas bandeiras de luta, tais como: a jornada de oito horas, o descanso semanal e a assistência social. Foi caracterizada historicamente como modelo totalitário imposto a nação através de um golpe de Estado, pois não havia liberdade de expressão, tanto assim que vários partidos ficaram na clandestinidade (PETTA; OJEDA, 1999).

Também dentro deste importante contexto, surge a regulação pública do assalariado, fundando a Consolidação das Leis do Trabalho, que teve funcionamento desde 1943 (POCHAMANN, 2004).

Com o fim da ditadura do Novo Estado, começa então, o período democrático nos anos de 1946 à 1964, onde o panorama econômico mostrava opção pelo modelo de desenvolvimento capitalista, mas apresentou contradições, onde se formaram Ligas Camponesas em favor da reforma agrária e Centros Populares de Cultura (CPC) a cargo da mobilização de estudantes (PETTA; OJEDA, 1999).



Após o breve período democrático, ocorre em 1964, a implantação do Regime Militar, via golpe de Estado, onde durante 21 anos, os militares interviram diretamente em todos os setores da sociedade brasileira, optando diretamente pelo sistema capitalista de desenvolvimento. Nos anos de 1968 à 1973, os governos militares optaram também pela via de desenvolvimento apoiados no capital internacional, como resultado ao combate à inflação e o aumento do número de empregos, como consequência desses investimentos, produziu-se um crescimento da riqueza nacional acima do normal, denominado: Milagre Econômico. Mas a classe operária ficou de fora desse enriquecimento sofrendo consequências do aumento da concentração e renda, beneficiando somente a classe alta e média da sociedade brasileira (PETTA; OJEDA, 1999).

Em 1974, o Brasil já se encontrava em dificuldades econômicas e sociais, a inflação voltou a crescer e a sociedade começava a sentir os efeitos da crise econômica, onde o governo começou a retomar a ideia de redemocratização. No final da década de 1970, houve o renascimento dos movimentos sindicais, onde se incentivou a organização de sindicatos rurais em todo país, obrigando o governo a olhar para as questões sociais do universo rural. Também em 1978, a greve dos metalúrgicos, que teve como presidente sindical “Luiz Inácio Lula da Silva”, que serviu de exemplo para outras categorias que se organizaram (PETTA; OJEDA, 1999).

Em 1980, a Cáritas, entidade ligada a Conferencia Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), financiou milhares de pequenos projetos denominados de “Projetos Alternativos Comunitários” (PACs), com o objetivo de gerar trabalho e renda de forma associativa para moradores de periferias e da zona rural de todo o país (SINGER, 2010, P.122).

Conforme Singer (2010) a Cáritas teve grande importância no desenvolvimento dos empreendimentos da economia solidária, desenvolvendo inclusive o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Com a queda do regime militar em 1985, a vida política fica mais diversificada onde movimentos sociais e novos partidos participam de debates sobre os rumos do país (PETTA; OJEDA, 1999).

Em 1990, é adotada uma nova política econômica no Brasil, chamada de Neoliberalismo, que tem como objetivo incentivar o mercado a voltar a ser regido por suas próprias leis sem usar de forças políticas. Esse período destaca a privatização das empresas públicas, onde empresas estatais concorriam com empresas privadas e essas queriam o fim da concorrência, a mão-de-obra foi extremamente desvalorizada com altas taxas de desemprego

que tornou o preço do trabalho cada vez mais baixo, visualizando também o aumento de segmentos não-organizados (PETTA; OJEDA, 1999).

Segundo Adams (2010, p. 78) este segmento não-organizado conduziu para “uma tendência à generalização da informalidade do trabalho a serviço da produção capitalista”.

Conforme Pochamann (2004, p. 23), “no interior deste segmento não organizado do trabalho há sinais do desenvolvimento de uma fase embrionária da economia solidária, para além dos estágios da economia doméstica, popular e pré-capitalista”.

No Brasil, processos de mudança econômica e social – que, desde os anos 1980, resultaram em profundos impactos sobre o mundo do trabalho – têm demandado outras respostas por parte do Estado em termos de apoio aos trabalhadores que o sistema público de emprego historicamente não conseguiu atingir com suas ações: aqueles fora das relações formais de assalariamento. Uma destas respostas é o desenvolvimento de políticas destinadas ao conjunto de atividades econômicas organizadas de forma coletiva, e que vêm sendo chamadas – pelos atores que as integram e teóricos que sobre elas se debruçam – de economia solidária (CUNHA, 2007, P. 1).

As questões sociais desencadeadas no final do século XX destacam a estrutura fundiária concentrada de terras que teve como consequência o processo conhecido como reforma agrária. Historicamente foi constituído o MST, que são trabalhadores de terra que desenvolveram uma política de invasão de terras improdutivas como forma de forçar os proprietários vender suas terras para assentamentos dessas famílias (PETTA; OJEDA, 1999).

Os primeiros relatos de movimentações solidárias são através das empresas falidas que reagiram e se tornaram cooperativas, uma das primeiras empresas registrada nesse histórico foi em 1991 com a falência da empresa calçadista Makerli, de Franca/SP, que em 1994 deu lugar a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), tendo como finalidade a difusão de conhecimento sobre os processos gerenciais, visando a manutenção e geração de trabalho e renda, através de projetos, legalização de empresas, qualificação de profissionais, entre outros motivos (SINGER, 2010; CUNHA, 2001; GOERCK, 2005).

Além da ANTEAG, outras incubadoras e organizadoras ligadas ao movimento sindical tiveram grande destaque na economia solidária, a Agencia Nacional de Desenvolvimento Solidário (ADS) e a Universidade Solidária (UNISOL), que criou a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (MELO, 2011).

Segundo Almeida Costa (2007) existem relatos anteriores de empresas que levaram a falência e se tentaram formar cooperativas, que é o caso da fabricante de fogões Wallig, de Porto Alegre/RS, falida em 1981 e assumida de modo formal em julho de 1994 pelos

trabalhadores, apesar de não se constituir como prática de autogestão esperada, ainda consiste um conjunto importante de experiência de economia solidária no Brasil.

Segundo Vieira (2005) a primeira publicação organizada sobre o tema economia solidária, ainda sob o termo economia popular, é datada em 1994, já o termo economia solidária passa a ser difundido a partir da década de 90 no Brasil. Em paralelo ao ápice desse desenvolvimento se multiplicam as instituições, associações, organizações, incubadoras e sindicatos que se dedicaram a promover a economia solidária.

Sem emprego e sem recursos não restaram muitas alternativas a não ser outra forma de produtividade que possa proporcionar algum tipo de renda, induzindo a formação de cooperativas e associações solidárias, dando início aos movimentos solidários.

Os movimentos solidários podem ser definidos como a concreta expressão de uma nova forma de produção e distribuição, grupos coletivos que organizados de forma democrática congregando trabalhadores e trabalhadores marginalizados do mercado formal de trabalho, seja por questões de gênero, raça, idade ou qualificação profissional associando desta forma uma identidade social e política na forma de fazer a economia (CHAVES; PINTO, 2007, p. 4).

Segundo Silva (2010, p. 33) o ECOSOL “trata-se de um movimento marcado pelo cenário de exclusão gerado pelo capitalismo e pela luta dos trabalhadores no enfrentamento desta exclusão, consolidando-se na busca de alternativas para mitigar a pobreza gerada”.

A propagação dessa nova economia conforme Costa (2011, p. 164) se situa em “uma esfera pública, um espaço que não é exclusivo de uma classe social, que não se postula como portador de uma lógica universal, mas que, pelo contrário, e justamente por ser público, é permeável a tudo e a todos”.

### 2.1.2 Evolução da economia solidária no Brasil

A economia solidária são grupos de produção para geração de emprego e renda que tem como objetivo abranger as remanescentes das populações que de certa forma foram excluídas do mercado de trabalho. Suas bases teóricas não somente devem ser fundamentadas pela necessidade de criação de alternativas de sustentabilidade devido a exclusão social, estabelecida pela economia deficitária de desemprego brasileira, mas também, conforme Vieira (2005, p.8), deve confortar “uma identificação de todos os projetos auto gerenciados

que foram fomentados por um líder, por uma metodologia, por uma inovação sócio-tecnológica, por uma Organização Não Governamental (ONG) ou por um movimento social”.

A partir destas concepções Vieira (2005) separa esta fase de identificação em dois grupos, respectivamente, endógeno, como respostas as soluções ao capitalismo, e exógenos, como ênfase na genialidade de alguns líderes visionários na criação de grupos auxiliares a economia solidária e luta de movimentos sociais. Exemplo de economia solidária endógena é o MST, que foi criada e organizada pelos trabalhadores excluídos, já, exemplos de economia solidária exógena citam-se as Cáritas, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), as ONGS e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que atuam no apoio e fomentação e na formação dos grupos auto-gestionários.

Expõe Pochamann (2004) o surgimento da economia solidária no Brasil em dois lados, primeiro o excedente de grande mão-de-obra qualificada, aculturado pela disciplina do trabalho sistêmico. De outro lado, o movimento composto por um importante conjunto de autores militantes sociais-críticos e engajados na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil.

Dentro deste contexto, a definição teórica empírica da economia solidária, remete destacar os autores mais importantes que contribuíram para o aprofundamento do conhecimento e desenvolvimento do sistema auto-gestionário.

Apresenta Vieira (2005) resumidamente a análise de cinco autores principais: Paul Singer, Marcos Arruda, Euclides Mance, José Luis Coraggio e Luiz Inácio Gaiger. Singer incentiva a formação de cooperativas auto-gestionárias, já Mance à formação de redes de empreendimentos solidários, e Arruda incentiva na formação de um novo humanismo na economia solidária. Vieira (2005, p.93) “destaca que esses três autores, militantes, tiveram contribuições teóricas de grande influência, em obras de grande escopo, que podem ser vistas, em cada conjunto, como modelos ou teorias completas de economia solidária”. Em relação há Gaiger e Coraggio afirma que não possuem um modelo bem definido, mas são autores realizadores de pesquisas no Brasil por isso foram considerados de grande relevância para o estudo de economia solidária.

A evolução da economia solidária brasileira pode ser demonstrada a partir da formação de grupos apoiadores e incentivadores que interviam na formação da plataforma econômica solidária.

Dentre as práticas de autogestão é fundamental retratar a trajetória da ANTEAG que surgiu a partir da falência da empresa Markeli, de Franca (SP), em 1991. Fundada em 1994, a ANTEAG, uniu trabalhadores formando cooperativa de autogestão, passou a desenvolver uma

metodologia própria, realizando atividades de fomento e apoio as empresas em crise, transformando em cooperativas. Em 2002, a ANTEAG já assessorava 365 empresas autogestionárias envolvendo cerca de 36.200 trabalhadores (SÁ, 2005; SINGER, 2010; CUNHA, 2002).

Outra iniciativa importante são as ITCP's, criadas em 1988, unindo a tecnologia e o conhecimento para a constituição de projetos e programas, com o objetivo de oferecer suporte a criação de Cooperativas Populares (SÁ, 2005).

Nas ITCPs estão inseridas universidades, das quais desenvolveram uma rede e outras tantas desenvolveram atividades análogas ligadas à Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho (UNITRABALHO), integrada por mais de 80 universidades em todo o país (SINGER, 2010, p. 121).

A UNITRABALHO desenvolve estudos sobre a economia solidária desde 1997, sendo que até 2010, foram desenvolvidos 126 programas dentro das universidades, integrando o conhecimento acadêmico para a prática social (SINGER, 2010).

A Central Única de Trabalhadores (CUT) é a maior força sindical brasileira, diante da redução dos empregos formais, tomou a iniciativa de discutir alternativas de trabalho e geração de renda. Em 1998 criou parcerias com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), a UNITRABALHO e a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), instituiu a ADS, criou o programa de crédito solidário, programa de formação profissional, assim como os agentes em economia solidária, e o projeto para o mapeamento da economia solidária brasileira (CUNHA, 2002).

Com o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre/RS em 2001, se constituiu o Grupo de Trabalho (GT), composto por 12 entidades da sociedade civil. Ocorreu em dezembro de 2002, foi realizada a “I Plenária Nacional”, na cidade de São Paulo, que evoluiu até chegar a versão da “III Plenária Nacional de Economia Solidária”, em 2003, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), com o objetivo de mobilizar as ações de economia solidária no Brasil em torno da Carta de Princípios e a Plataforma Política aprovada (SILVA, 2010).

Segundo Gaiger (2004, p. 800) “a conjuntura instaurada em 2003, nas esferas de governo e nas articulações da sociedade civil, situa a economia solidária diante de novos horizontes, nos quais se apresentam novas escolhas e novas formas de atuação”.

Em agosto 2004 foi realizado o “I Encontro Nacional de Empreendedores Solidários” enriquecendo a construção da Plataforma da Economia Solidária desde a “I Plenária

Nacional”. Os principais eixos estabelecidos nesta Plataforma são: finanças solidárias como proposta de criação de um fundo nacional para o fortalecimento dos empreendimentos; o marco legal reconhecendo e promovendo legalmente as diversas formas de Economia Solidária; a educação promovendo ensino reforçando valores da cultura solidária para a construção de um novo modelo de sociedade; a comunicação como divulgação e sensibilização da sociedade para os valores de Economia Solidária; as redes de produção, comercialização e consumo fortalecendo e articulando essas redes respeitando as bases dos princípios de economia solidaria e; a democratização do conhecimento e tecnologia com vistas no desenvolvimento e qualificação contínua dos produtos agregando maior valor (SILVA, 2010).

Dentro da formação da economia solidária foi reivindicada a criação de uma secretária que contemplasse as ações de desenvolvimento deste campo, resultando em 2003 na Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), e suas principais ações realizadas foram o mapeamento da economia solidária, a realização da I Conferencia Nacional de Economia Solidária em 2006, na criação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), e na criação do Programa de Desenvolvimento Local de Economia Solidária (PPDLES) (COSTA, 2007).

Conforme MTE (2005) pesquisa de mapeamento da economia solidária foi consolidada em 2005 no lançamento do Atlas da Economia Solidária no Brasil , considerada um importante avanço no conhecimento sobre o perfil adotado pela economia solidária. A abrangência da economia solidária no Brasil é mostrada na Figura 1, que é uma pequena amostra da dimensão da potencialidade revelando o crescimento contínuo da economia solidária.

Conforme Jornal Especial (2010, p. 2) “são 22 mil empreendimentos solidários no país, chegando a 51% dos municípios brasileiros, esses números mostram que cerca de dois milhões de pessoas estão envolvidas com a economia solidária no Brasil”.



FIGURA 1 - O campo de Economia Solidária no Brasil  
 Fonte: MTE, 2005, p. 14.

A economia solidária deve avançar ainda mais, considerada como um crescimento contínuo, mas ainda como soluções das crises econômicas enfrentadas pelos trabalhadores no mercado capitalista. Apesar da grande evolução da economia solidária e criação de várias entidades de suporte defensoras de seu crescimento, muitos paradigmas devem ser repensados, como maior intervenção das feiras para maior escoamento dos produtos solidários, acesso a créditos e espaço para comercialização, pensando em seu aprimoramento e oferecendo qualidade ao grande número de empreendedores solidários brasileiros (UBERDAN, 2009).

### 2.1.3. Economia solidária no Rio Grande do Sul

Segundo Asseburg e Orgando (2006) o contexto histórico da economia solidária no Rio Grande do Sul (RS) teve suas origens datadas no ano de 1626, onde destaca-se formas de produção solidárias nas reduções indígenas dos 7 Povos das Missões, sob comando da Igreja

Católica até meados de 1750. A partir de 1800 surgiram no RS quilombos formados pelos escravos, que discutiam formas de trabalho comunitário para sua sobrevivência, restando ainda hoje mais de 50 comunidades surgidas de quilombos no RS. O padre jesuíta Theodor Amstad espalhou experiências de cooperativismo e associativismo nos anos de 1890 até 1912. Em 1920, a Igreja Católica organizava os Círculos Operários, visando a formação católica, associada à assistência a famílias operárias. Em 1960, Dom Vicente Scherer criou a Frente Agrária Gaúcha (FAG), com o objetivo de fortalecer o sindicalismo rural com inspiração cristã.

Na década de 80 a tradição de associativismo continuou através do Cáritas que com a ajuda do PAC's foram criados os Grupos Alternativos, que tinham seus objetivos baseados nos princípios de economia solidária (ASSEBURG; ORGANDO, 2006)

A Cáritas para conseguir atender a demanda de todas as regiões se desdobrou em dois projetos: “os projetos sociais, de assistência à população carente, e os projetos de desenvolvimento econômico, para grupos com melhores condições econômicas” (ASSEBURG; ORGANDO, 2006, p. 19).

Em 1985, se realizou o 1º Encontro Estadual de PAC's, que aconteceram anualmente até 1995. Os Encontros Estaduais de PAC's foram substituídos pelos chamados Encontros e as Feiras Estaduais de Economia Popular Solidária, como sistemas mais articulados para atender as necessidades da população econômica solidária (ASSEBURG; ORGANDO, 2006).

Em 1996 foi organizado o “1º Encontro de Experiências Alternativas de Organização Popular e Geração de Renda”, com a participação de 22 entidades, o principal tema foi a política neoliberal e a inserção da economia solidária, havendo ainda a primeira exposição da produção em conjunto ao evento. Neste encontro, ainda destaca-se a participação da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) representada pelo professor Luiz Inácio Gaiger que apresentou uma pesquisa que identificava os fatores de êxito na economia solidária (ASSEBURG; ORGANDO, 2006).

Em relação as feiras de economia solidária no RS, Asseburg e Orgando (2006) afirmam que teve seu marco inicial em 1998, onde foi tomado a iniciativa de tornar feiras com locais específicos, divididas em quatro polos: Santa Maria, Porto Alegre, Passo Fundo e Pelotas. Em 1998, foi registrada então, a “1ª Feira Estadual da Solidariedade”, em Porto Alegre, no Parque da Redenção, com expositores e realizações de fóruns na Universidade Federal do RS (UFRGS).

Entre as experiências mais importantes de economia popular solidária no meio urbano, se cita o “Programa Economia Popular Solidária” (EPS), do Estado do RS, dirigido pela



Coordenação de Economia Popular e Solidária, da Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacional (SEDAI), do Estado do RS, considerado o programa gaúcho mais abrangente em número de empresas e trabalhadores envolvidos, e o mais ambicioso em termos de objetivos propostos, operando de fato, desde meados do primeiro semestre de 1999, onde mais de 120 cooperativas foram criadas e desenvolvidas nesse período, concentrada em maior quantidade em Porto Alegre, no “Vale dos Sinos”, tradicional região de indústria de calçados (TAUILE; DEBACO, 2002; CRUZ, 2001).

A Economia Popular e Solidária, denominada pela sigla “ECOPOPSOL” compôs um conjunto de subprogramas estruturados nos seminários realizados pela SEDA, em 1999, definindo suas prioridades e formas de ações. Primeiramente foi firmado um convênio entre a Coordenação de Economia Popular e Solidária e a ANTEAG, convênio este criado por incentivo de setores aliados ao Governo – ONG’s, CUT, Cáritas. A ANTEAG estruturou planos de ações contratando inicialmente 22 monitores regionais, distribuindo em 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDE’s), do Governo do Estado, com o objetivo de organizar a demanda social, que procurava ajuda de órgãos públicos estaduais, como forma de se tornarem empreendimentos auto gerenciáveis. Posteriormente, esses monitores foram alocados fisicamente nas agências do Sistema Nacional de Empregos e Secretária do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (Sine-STCAS), e eram repassadas informações a ANTEAG (CRUZ, 2001).

Devido ao grande número de demanda se tornou cada vez mais difícil responder todas as solicitações de auxílio, assessoria, formação, consultoria, entre outros, onde a ANTEAG em conjunto a Coordenação de Economia Popular e Solidária tomou várias iniciativas como forma de ampliar a capacidade de atendimento. Em 2000, contratou a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas (INTECOOP-UCPel), em caráter de projeto-piloto que buscava experimentar uma parceria universidade-Governo-comunidades. Também teve apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mas mais uma vez não suportou as demandas, se tornando o Programa de Economia Solidária, em 2001, prioridade pelo SEDA, passando a ser segunda prioridade no Orçamento Participativo de 2001. Por fim, no final de 2001 foi finalizado o convênio entre SEDA/ANTEAG, devido as pressões exercidas das entidades que se sentiram excluídas das políticas estabelecidas (CRUZ, 2001).

O programa gaúcho de viabilizar a economia solidária serviu de “inspiração para o programa Nacional de Economia Solidária em Desenvolvimento, e instituições da sociedade civil, bem como os próprios empreendimentos coletivos” (GOERCK; FRAGA, 2010, p. 108).

Em 2001, fato importante que ocorreu no RS, foi a realização do 1º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Atualmente existem vários Fóruns em atividades no RS, em destaque o Fórum Central, realizado em Santa Maria e organizado pelo Projeto Esperança/Coopesperança constituído em 1987, fazendo importante parte da história da economia solidária no RS. Conforme Asseburg e Orgando (2006, p. 27) “com tradição do cooperativismo na região, as experiências das feiras de Santa Maria serviram para marcar um salto na economia solidária no Estado”.

As atividades do Fórum Central tiveram início em 1994, com a realização da FEICOOOP. Hoje participam feiras como Feira de Economia Solidária dos Países do Mercado em Comum do Sul (MERCOSUL) e Feira Nacional de Economia Popular Solidária, entre outras.

#### 2.1.4. Economia solidária em Santa Maria

O Projeto Esperança surgiu do Livro: “A pobreza riqueza dos povos” do autor africano Albert Tévoédjéré cujos estudos e seminários iniciaram em 1982. As ações comunitárias no Município de Santa Maria – RS, surgiu a partir de 1982, com a Diocese de Santa Maria, tendo com principal coordenador, o Bispo Diocesano de Santa Maria Dom José Ivo Lorscheiter, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) Regional-RS, e outras organizações que iniciaram o estudo de um livro, bem como promoveram Seminários e Jornada de Estudos na região Centro - RS, cuja articulação regional deu a origem aos PACs, junto com as Cáritas Regional - RS. Em 1984 foram surgindo as primeiras experiências de Grupos Comunitários e Associações. Em 1987 foi criado, o Projeto Esperança, e o início do funcionamento, a partir dos Grupos Organizados que se integraram desde o início, neste Programa (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2011)

Em 1986, a Diocese de Santa Maria iniciou o diálogo com a MISEREOR e a “Katholische Zentralstelle Für Entwicklungshilfe e.v”. - Alemanha, que garantiu o apoio inicial para o Projeto Esperança. Apoiou muitos grupos, no contexto do Fundo do Crédito. A MISEREOR financiou o primeiro prédio do Terminal de Comercialização Direta e já renovou 5 (cinco) Convênios Consecutivos com a Diocese de Santa Maria, para o Programa do Projeto Esperança, que trabalha na construção Regional da Economia Popular Solidária, juntamente

com a Cáritas do RS e com diversas organizações e Entidades da região Centro – RS (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2011).

O projeto Cooesperança, fundada em 1989, é uma central articulada em conjunto ao projeto Esperança com o objetivo de viabilizar a comercialização direta dos produtos produzidos pelos empreendimentos solidários no campo e na cidade (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2011).

A experiência dos 20 anos já motivou a organização de muitos grupos, iniciativas desta natureza e centenas de Feiras inspiradas na Feira de Santa Maria em outros Estados e Países, que é uma experiência que permite o ensino e o aprendizado. São atividades que cada vez mais fortalecem a Rede de Economia Solidária no Brasil e na América Latina e em outros Continentes (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA, 2011).

O eixo central de atuação do Projeto está nos pequenos empreendimentos econômicos solidários, lastreado em uma proposta diferenciada de produção pelos próprios associados, com ênfase na comercialização direta dessa produção em busca do consumo justo, ético e solidário, apoiado por consistentes parcerias (PEREIRA, 2009, p. 13).

Esses fatos deram impulso para que o Projeto Esperança/Coesperança tivesse o reconhecimento e exemplo de projeto promovedor dos empreendimentos econômicos solidários.

#### 2.1.5 A economia solidária e geração de emprego e renda

Ao iniciar a discussão sobre economia solidária, adotada por grupos de pessoas, como alternativa de renda e estratégia para o desemprego, é necessário compreender os princípios que norteiam a chamada economia capitalista, onde Singer (2010) define como uma política pública que é sustentada a partir de uma guerra consumista, ou seja, os melhores detêm uma porcentagem maior e os piores têm dificuldades para se manter no mercado e pouca oportunidade de crescimento individual.

A partir dos princípios capitalistas surgiu a necessidade da criação de uma nova economia diferenciada, onde grupos de capitalistas fracassados no mercado, se uniram e formaram associações para seu fortalecimento. Segundo Cunha (2002, p. 23) “são principalmente os chamados excluídos que assumem papel ativo na reconstrução do espaço público, a fim de pressionar por políticas que sustentem um desenvolvimento alternativo”.

Na economia capitalista a principal característica é a concorrência, sejam entre empresas, filiais, departamentos ou setores de uma organização. Segundo Singer (2010, p. 8) “na economia capitalista, os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras”. Este “perdedor” referido pelo autor é definido por Adams (2010, p 59) dentre os trabalhadores “que foram excluídos do emprego formal e/ou resistiram a se integrarem na lógica exploradora de assalariamento no mercado de trabalho capitalista”. Trabalhadores que ficaram desempregados ou tão poucos foram bem sucedidos neste mercado, e, a partir daí, desenvolveram uma forma de grupos de empreendimentos solidários, ou seja, formaram grupos organizados igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar (SINGER 2010).

Conforme MTE (2011) a economia solidária é baseada em algumas características ou dimensões e dispõe alguns princípios fundamentais para o desenvolvimento de um empreendimento econômico solidário:

- Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária;
- Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses etc;
- Dimensão Econômica: Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais;
- Solidariedade: É a justa distribuição dos resultados alcançados, o compromisso com um meio ambiente saudável, as relações que se estabelecem com a comunidade local, a participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional, as relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório, a preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

De acordo a FBES (2011) tomando como base a Carta de Princípios, destacam-se os princípios gerais:

- A valorização social do trabalho humano;
- A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;
- O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;
- A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e;
- Os valores de cooperação e da solidariedade.

Ainda o FBES (2011) determinou princípios específicos, que se baseiam por: um sistema de finanças solidárias, pelo desenvolvimento de cadeias produtivas solidárias e a construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático. Estes conceitos foram desenvolvidos e discutidos na II Plenária Nacional de Economia Solidária realizada em 2003. Alguns trabalhos se referem aos princípios fundamentais da economia solidária de forma indireta, como empreendimentos que visam a sua autogestão, a viabilidade econômica, a cooperação e a solidariedade.

Contrariando ao conceito de que economia solidária é independente da economia capitalista, Adams (2010) faz refletir que, os empreendimentos econômicos solidários são apenas modos diferenciados de produção, em última análise, não constituem um modo autônomo de produção, pois estão subordinados ao modo capitalista, do qual dependem e ao qual se submetem. Esta análise compreende o mercado capitalista como comandante de todo processo econômico, ainda que a economia solidária avance com grandes índices de desenvolvimento, seria necessário que as empresas capitalistas adotassem o modelo solidário diversificando todas formas de produção, e se a possibilidade de ocorrência em nível nacional fosse possível, acarretaria crises econômicas e diversos problemas com a relação comercial mundial. Esta questão necessita uma reflexão e discussão mais ampla que não compete maior abrangência no presente subitem.

Na economia solidária os relacionamentos entre os atores do processo produtivo são baseados no pressuposto de uns que dependem dos outros. Como consequência, “a confiança e a cooperação são ativos intangíveis de grande valor e ao mesmo tempo um diferencial competitivo difícil de ser copiado” (SOUZA NETO ; VALERY, 2009, p. 5).

A relação estabelecida entre a economia popular e a economia solidária possui áreas de atuação diferentes, a intersecção entre as duas é definida por Razeto como economia popular solidária, conforme Figura 2.

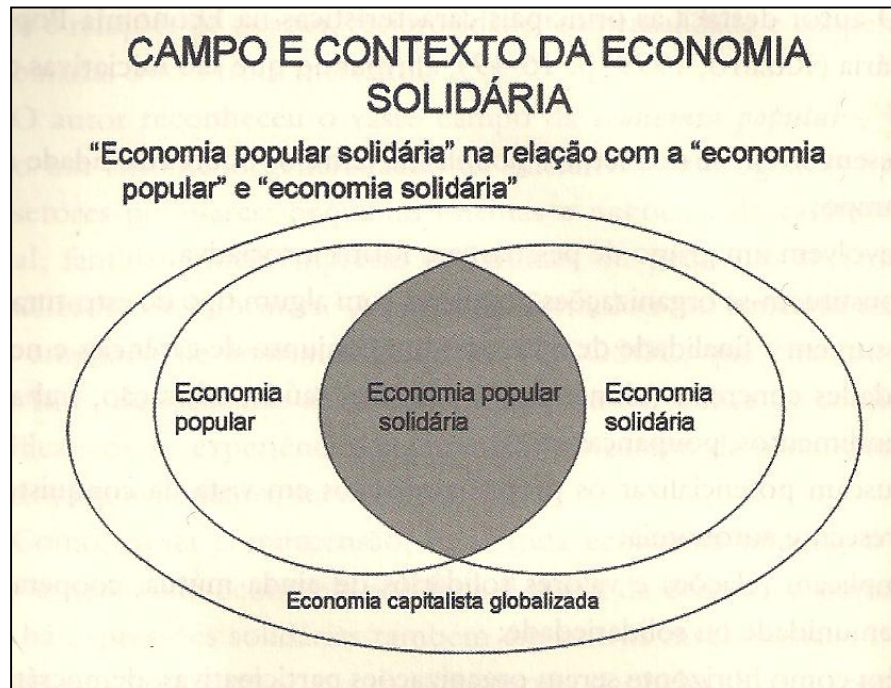


FIGURA 2 - Economia Solidária e Economia Popular dentro do contexto Economia Popular Solidária.

Fonte: Adaptado de Adams, 2010, p. 62.

Segundo Adams (2010, p. 60) a economia popular foi reconhecida por Luiz Razeto, que estudou os fenômenos deste campo, como iniciativas heterogêneas ligadas aos setores populares: “pequenas oficinas e negócios de caráter individual, familiar, microempresas individuais ou pequenas sociedades, formalizadas ou informais”. A partir deste reconhecimento criou conceitos teóricos sobre o que chamou de economia de solidariedade ou ECOSOL, para atuação nos campos de produção, comércio, financiamento e serviços.

As principais características são destacadas no trabalho de Razeto (1999 apud Adams, 2010) onde as iniciativas se desenvolvem entre pobres da cidade e do campo, envolve grupos de pessoas de forma associativa com algum tipo de estruturação, potencializam seus próprios recursos para crescimento autônomo e enfrentam suas carências em conjunto (alimentação, moradia, saúde etc), tendem a se articular com outras instâncias, formando redes horizontais entre elas e com entidades de apoio, e almejam a emancipação social.

### 2.1.5.1 Formas de ingresso dos empreendimentos solidários nas feiras

Conforme o FBES (2011, p. 1) “as feiras são uma importante estratégia, e representam, sobretudo, um espaço para realização de trocas solidárias, rodadas de negócios, oficinas temáticas, além de possibilitar a divulgação da campanha econômica solidária”.

As feiras econômicas solidárias podem trazer inúmeras vantagens como o contato entre o produtor e o consumidor, levando o conhecimento de seus produtos mais próximo do público, fortalecendo as redes de cooperação e incentivo de autogestão e geração de renda.

Observa-se também a valorização do trabalhador, onde a autoestima é alcançada ao entrarem em contato direto ao seu consumidor, seus produtos são valorizados com a desejada inclusão no mercado de trabalho.

As feiras constituem importante estratégia de comercialização, combinando espaços de venda direta, trocas solidárias e rodadas de negócios. Além de viabilizar a produção dos bens e serviços comercializados, estes espaços também resgatam relações personalizadas entre produtores e consumidores, favorecendo a fidelidade do consumo de produtos e serviços de origem solidária, e também da produção familiar e agroecológica (MTE, 2011).

Para alguns empreendedores a rentabilidade na participação de feiras, por vezes é a única forma de rentabilidade que expõe seus produtos apenas em feiras, ou possuem pouco espaço e localização para sua comercialização. Também se relata as rentabilidades sazonais, conforme a localização do empreendimento, como exemplo, os grupos econômicos solidários litorâneos que comercializam o máximo de seus produtos em época de veraneio e retiram sua sobrevivência para o restante do ano.

Existem inúmeras feiras realizadas em todo o território nacional brasileiro, assim como iniciativas internacionais e participações das mesmas em feiras brasileiras, são realizadas de diversas formas, conforme sua necessidade, sejam para: trocas de informações, discutir ideais, demonstrar as ações e resultados alcançados em seus municípios, obter maior rendimento com a participação na feira e até levar suas experiências como forma de divulgação da economia solidária e incentivo a novas formações de autogestão.

Essas feiras podem ser fixas, com local próprio, onde os produtos são expostos permanentemente. Também podem ser semanais, mensais, ou participações alternadas

conforme a disponibilidade de localização e autorização do apoio recebido, até mesmo da autorização do poder público da exposição das feiras em comércios, praças etc.

As feiras adotam princípios e conceitos distintos, elas difundem, em graus variados, a participação, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação, auto-sustentação, desenvolvimento humano, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas. Algumas delas integram-se em redes locais e internacionais, obtendo êxito na criação de postos de trabalho e na elevação da renda dos participantes, apontando novas perspectivas de desenvolvimento com transformação social (MANCIE, 2000, p. 90).

A FEICOOP é realizada anualmente em Santa Maria/RS desde 1994, inicialmente contava com 27 empreendimentos participantes, dentre eles 13 municípios, e em média 4 mil pessoas no evento. Em 2005, iniciou a 1ª Feira de Economia Solidária do MERCOSUL, entre outros eventos que vieram a participar desta feira. Em 2008 a Feira representava participação de 850 empreendimentos, 400 municípios, e 145 mil pessoas no evento. Já em 2010, a feira representou 3 continentes, 14 países, 27 estados brasileiros, uma média de 428 municípios, 780 empreendimentos e cerca de 140.000 pessoas passaram pelo evento. A partir destes dados fica compreensível a importância da inclusão dos empreendimentos solidários em feiras solidárias, onde há trocas de conhecimentos, e forma de levar ao público o conhecimento de formas alternativas de produção e geração de renda. Também a importância da realização das feiras em todo o território nacional e internacional, é devida à rentabilidade em que os empreendedores econômicos solidários possuem maior lucratividade (FEICOOP, 2011).

#### 2.1.6 Formas de Cooperação

O surgimento do cooperativismo no Brasil é consequência da grande crise no início da década de 80, onde empresas falidas encontraram outras formas de produção para se manter no mercado, algumas dessas empresas se transformaram como negócios de fomento e auxiliares para outras empresas que também se encontraram falidas e necessitavam de ajuda para se tornarem auto gestores (SINGER, 2010).

Dentro do contexto histórico mundial, Singer (2010), identifica ao decorrer de sua obra alguns tipos de cooperativismos, que procederam ao decorrer dos séculos e ressurgem em discussões sobre a base dos princípios fundamentais dos empreendimentos econômicos solidários.



Um dos primeiros indícios de cooperativismo foi difundido pela Europa a partir de meados do século XIX e foi identificado como cooperativismo de consumo. Este tipo de cooperativismo adotou princípios que serviram como base universal para a disseminação da economia solidária, designando a formação de colônias autossuficiente, onde as necessidades de consumo seriam satisfeitas com o trabalho dos membros e somente o excedente da produção seria trocado com outras comunidades (SINGER, 2010).

Segundo Adams (2010) no Brasil as heranças cooperativistas mais importantes provem do cooperativismo de consumo que teve origem em Rochdale-Inglaterra, em 1844.

Pouco após o surgimento das cooperativas de consumo, foi identificada a necessidade da formação de cooperativas de créditos. Essas por sua vez, ofereciam o serviço de guarda e aplicação de valores e todos os empréstimos feitos pelas cooperativas se destinavam a financiar investimentos produtivos.

Conforme Singer (2010, p. 66) “o cooperativismo de crédito foi iniciativa não dos próprios interessados, mas de figuras políticas que tentaram inicialmente ajudar os pobres por meio de instituições filantrópicas”. Após a Segunda Guerra Mundial, o cooperativismo de crédito sofreu mudanças estruturais adotando novas regras e disseminando seus princípios pelo mundo.

Segundo Adams (2010, p. 88) “o Brasil e a América Latina também foram contemplados pelo cooperativismo de crédito, o que mais se desenvolveu foi o projetado para o meio rural baseado no cooperativismo de poupança e crédito, do tipo Raiffeisen<sup>1</sup>”.

No Brasil há 30 “bancos do povo” apoiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e que pretende seguir a proposta exemplar configurada pelo Grameen, banco cooperativo que mantém mais da metade das comunidades rurais de Bangladesh (SINGER, 2010).

Ainda Singer (2010), descreve as cooperativas de compras e vendas, onde a relação com economia solidária e sua denominação cooperativista se deve ao fato de serem associações de pequenos e médios produtores procurando unificar sua produção e transformar seus lucros em maiores ganhos e vantagens trabalhistas. Em destaque as cooperativas dos catadores de lixo, que são identificados como cooperativa de compra e venda devido a sua razão social ser caracterizada como entidade econômica e política, perante o poder público, reivindicando um espaço reservado e financiamento para processar seu material.

---

<sup>1</sup> São cooperativas de crédito rural que surgiram na Alemanha, por iniciativa de Friedrich Wilhelm Raiffeisen, que fundou as chamadas “Caixas de Crédito Raiffeisen”.

As cooperativas de produção são associações de trabalhadores que visam produzir bens ou serviços a serem vendidos em mercados, são identificados como o protótipo da economia solidária devida haver associação dos seus produtores e não de seus fornecedores e clientes conforme as cooperativas. Segundo Franklin (2011, p. 11) “as cooperativas de produção adotam uma postura de enfrentamento ao capital, constituindo verdadeiras associações de produção alternativas ao capitalismo”. Acrescenta Cunha (2002, p. 45) ainda que “ela pertence coletivamente aos próprios trabalhadores que nela produzem e deve ser gerida de forma democrática por estes trabalhadores, seja por participação direta, seja por representação”.

Por último Singer (2010) descreve os clubes de troca, que é uma forma muito atual de economia solidária. Seus participantes adotam uma moeda própria, que recebe um nome designado pelo clube pertencente e escolhe democraticamente seus dirigentes, suas taxas de câmbio e sua repartição igual entre todos os membros. Este tipo de clube foi inventado no Canadá e na Argentina em meados da década de 1980, devido às características de grandes perdas de empregos.

Segundo Búrigo (2000, p.99) esses clubes foram “criados por movimentos interessados no funcionamento de circuitos de trocas e de novos instrumentos monetários, a serviço de uma economia diferente daquela que impera na ordem capitalista”.

No Brasil tem-se conhecimento da existência de clubes de trocas que utilizam moedas próprias nas cidades de São Paulo (cinco grupos), Rio de Janeiro, Fortaleza, Florianópolis e Porto Alegre (BÚRIGO, 2000).

No RS a “Moeda Mate”, criada em 2005, é reconhecida como moeda oficial da “Rede Estadual das Trocas do RS”. As primeiras trocas solidárias foram organizadas durante a 12ª Feira de Economia Solidária dos Países do MERCOSUL, em Santa Maria, em conjunto as entidades AMENCAR-SUL, Planta Sonhos, Salda Terra, além de contar com o apoio da FURG e Coesperança (FINANÇAS SOLIDÁRIAS, 2006).

Assim como na economia solidária, o cooperativismo também possui alguns princípios básicos que fazem sua distinção do mercado capitalista, são eles: Adesão Voluntária e Livre; Gestão Democrática e Livre pelos Membros; Participação Econômica dos Membros; Autonomia e Independência; Educação, Formação e Informação; Interesse pela Comunidade; e a Inter-cooperação. A partir destes princípios as cooperativas podem ser formadas e padronizadas em suas características e objetivos como organização (SANTOS; STEFANO, 2008).

A relação existente entre cooperativa e economia solidária está associada conforme Pereira, Carvalho e Ladeia (2008, p.8) explica:

A Economia Solidária tem possibilitado às cooperativas populares a construção de outra racionalidade nas relações de trabalho. Na Economia Solidária, só é dono dos meios e bens de produção, quem neles trabalham. As relações estabelecidas entre os cooperados não são apenas econômicas, ou seja, para ser cooperado não basta ter uma quota parte, ou participação econômica dos membros na criação e controle do capital. Para ser cooperado é necessário ser trabalhador desta cooperativa. Esta nova racionalidade de trabalho, ou organização de trabalho, interfere na subjetividade dos trabalhadores desses empreendimentos.

Conforme o SEBRAE (2011) identifica alguns dos tipos de cooperativismo existentes, independentes de qualquer princípio de autogestão:

- Cooperativa agropecuária: reúne produtores rurais;
- Cooperativa de consumo: reúnem consumidores de bens de uso pessoal e doméstico, seus serviços são a compra em comum destes bens;
- Cooperativa habitacional: reúnem pessoas precisando de moradia, seus serviços consistem na aquisição de terreno e construção de casas ou prédios residenciais;
- Cooperativa de trabalho: seus serviços consistem em conseguir clientes ou serviço para estes cooperados, fornecer capacitação e treinamento técnico, entre outros;
- Cooperativa de produção: reúnem operários de uma fábrica, seus serviços consistem em coordenar o funcionamento da fábrica;
- Cooperativa de crédito: reúne a poupança das pessoas, oferecendo crédito e valorizando as aplicações financeiras dos cooperados;
- Cooperativa educacional: a cooperativa é mantenedora de uma escola, cujos alunos são filhos de cooperados;
- Cooperativa de serviços: reúnem pessoas com necessidade de alguns serviços específicos, tais como eletrificação e telefonia rural, saneamento básico etc;
- Cooperativa de saúde: reúnem profissionais ou usuários de saúde, assim como as cooperativas de saúde;
- Cooperativa especial: é uma alternativa de organização para índios e pessoas com alguma deficiência física ou mental, que conservam sua capacidade produtiva.

Segundo Favareto (2003) existem três grandes tipos de cooperativas, as cooperativas de produção e serviços, as cooperativas de crédito, e as cooperativas de comercialização. Dentro

destas categorias se incluem qualquer outro tipo de atividade cooperativa conforme os serviços que são realizados pela organização. Os tipos de cooperativas definidas pelo SEBRAE também servem para agrupar os diversos tipos de cooperativismo em suas atividades específicas.

## **2.2 Perfil Econômico Solidário**

Conforme Buckingham (2005) se pode utilizar como base inicial de formação de comunidades, os cinco conceitos universais humanos, representados pelos medos e necessidades, adaptado de Brown, que levam a geração de uma equipe de futuro. Em destaque, o medo intruso, que é relatado como uma necessidade de viver em comunidade, onde todas as sociedades vivem em grupos, não se baseiam apenas na família ou laços consanguíneos. Todas as sociedades fazem distinção entre aqueles que são e aqueles que não são parte do grupo, definindo regras de associação para grupos, e, em todas as sociedades são aplicadas sanções ou punições aqueles que não respeitam a lei.

Alguns indícios de autogestão são revelados há muito tempo, através de um esforço para o melhor desenvolvimento das empresas adotando uma filosofia de descentralização e trabalho coletivo, os autores através da elaboração estratégica chegam sempre a conclusão, de que o trabalho em equipe é o melhor a ser adotado na empresa. Assim, algumas citações afirmam tais relatos.

Tannenbaum e Schimidt (1986 p. 43) afirmam que “pode-se esperar que um grupo de antecedentes e interesses semelhantes trabalhe de forma flexível e que com o tempo adquira hábitos de cooperação e seja assim capaz de tratar um problema de maneira mais eficiente”.

Cunha (2002) também justifica que em uma cooperativa, a experiência prática acumulada por todos os sócios pode ser mobilizada para tomar decisões coletivas sobre a gestão da empresa, embora processos participativos tomem tempo, suportam o custo de serem coletivas.

O conceito do trabalho coletivo não é atual, em leituras de teorias administrativas induzem os trabalhos em grupos, pois produzem resultados mais eficientes do que o trabalho individual. Também a descentralização do poder de decisão dos líderes é destaque nas obras de Administração e que seguem em direção aos princípios que a economia solidária oferta.

Oliveira e Marinho (2005, p. 62) descrevem os benefícios do trabalho em equipe “como uma ferramenta poderosa para ampliar a esfera de ação e os resultados do trabalho da empresa”. Algumas destas vantagens são descritas a seguir:

- Contribuição múltipla para aumentar os resultados;
- Maior número de possibilidades e estratégias;
- Menor probabilidade de erro;
- Necessidades sociais e emocionais atendidas;
- Maior senso de segurança, autoestima e realização pessoal;
- Maior satisfação no trabalho em decorrência da realização pessoal;
- Responsabilidade partilhada nas decisões fáceis e difíceis;
- Recompensa partilhada.

Uma comparação de tendências entre trabalho individual e o estilo de trabalho adotado atualmente para melhor desenvolvimento de uma organização, considerando os vários fatores organizacionais, conforme Quadro 1, mostra que o trabalho individual vai em discordância a qualquer conceito de aumento de qualidade ou produtividade que a empresa pretenda alcançar, apesar de difícil adoção, o trabalho em equipe tem vantagens de efeitos gradativos de aumento tanto em lucratividade ou produtividade. É necessário desfazer a cultura de apropriação de empresa ou organização, estabelecendo a confirmação da empresa pertencer ao grupo de sociedade e não somente, a um único proprietário ou sócio.

Ajambuja (2009) define o perfil ideológico da economia solidária, como o perfil de solidariedade, que remete a orientação da ação em um modelo auto-gestionário. Consolida o valor da igualdade, e o princípio de solidariedade que servem para justificar uma forma que leve em consideração o interesse do grupo, reconhecendo como integrante de um projeto comum.

Gaiger (2007) ao realizar uma análise sobre o Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, descreve que apesar de conter indicadores importantes, a inexistência de informações abrangentes e sistematizadas a respeito, restringiu as pesquisas a uma abordagem qualitativa, valiosa para o exame dos traços particulares dessas organizações, mas insuficientes para identificar suas tendências predominantes e seus efeitos sobre as condições de vida dos trabalhadores.

<b>Elemento Profissional</b>	<b>Individual Tradicional</b>	<b>Equipe Estilo Atual</b>
Formato do trabalho	Tarefa por pessoa	Tarefa por equipe
Estrutura Organizacional	Vertical e estreita	Horizontal e ampla
Compensação	Aumento Anual de salário	Incentivos baseados em desempenho
Tomada de decisão	De cima para baixo	Partilhada
Supervisão	Vigilância	Assessoramento, coaching
Relação com empregados	Adversários	Colaboradores
Qualidade	Controlada	Planejada pela equipe
Clientes	Interferência	A razão de ser
Treinamento	Esporádico	Contínuo

QUADRO 1 - Comparação entre o estilo tradicional de trabalho e estilo atual.

Fonte: Oliveira e Marinho (1999 apud LAWRENCE HOLPP, 2005, p.65).

Através do conhecimento do perfil da economia solidária, seja em âmbito municipal, estadual ou nacional, é possível promover as ações necessárias para seu desenvolvimento, corrigir efetivos problemas, e incentivar da melhor maneira a promoção de empreendimentos econômicos solidários.

Asseburg e Orgando (2006, p. 11) dizem “possível articular de maneira mais efetiva e saber a real importância da união e do solidarismo, através do reconhecimento do contexto em que se inserem os empreendimentos econômicos solidários potencializando sua força”.

### 2.2.1 Economia solidária e desenvolvimento local

A economia solidária tem como seu principal desafio, a cultura brasileira, que estabeleceu parâmetros de formas de convivência diferenciados em todo o território nacional. Isto ocorreu, conforme Kashimoto, Marinho e Russef (2002), devido a um espaço marcado por corredores migratórios que criaram diversas etnias em uma grande mistura cultural, de origem indígena, portuguesa, africana, árabe, armênia, japonesa, italiana, alemã, paraguaia, boliviana, entre tantas outras.

As diferentes formas de artesanato, de produção, de gastronomia, convivência e personalidade são fatores culturais que influenciam a metodologia a ser adotada para a formação dos diversos tipos de empreendimentos econômicos solidários. Para que a economia

solidária consiga abranger essas formas culturais de população, é necessário o desenvolvimento local (DL).

O DL corresponde a um processo de melhoramento de qualidade de vida e do bem-estar de uma comunidade, com profundo respeito e consideração pelas reais necessidades e aspirações desse povo, seus próprios valores e potencialidades, suas próprias formas de expressão cultural (RIBEIRO DE LIMA, 2007, p. 369).

Buarque (2002, p. 26) afirma que DL “é o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, capaz de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e de promover uma mudança social no território”.

O DL cria alicerces para a construção de uma economia solidária mais igualitária, promovendo ações locais específicas sobre cada cultura, proporciona o crescimento econômico de cidades com maior índice de pobreza, servindo como alternativas de renda e subsídio da diminuição do desemprego, proporcionando o desenvolvimento da população. Mas, o desenvolvimento local não é base somente para o crescimento econômico, dependente ainda de outras dimensões como o desenvolvimento social, ambiental, cultural e político (RIBEIRO LIMA, 2007).

O desenvolvimento comunitário como um tipo de desenvolvimento local, é “delimitado pelo espaço da comunidade vinculada a projetos locais e tende a apresentar uma grande homogeneidade social e econômica e capacidade de organização e participação comunitária” (BUARQUE, 2002, p. 33).

De acordo com a citação acima, nas diversas formas de DL está o desenvolvimento comunitário, com a importância de correlacionar projetos às comunidades locais. Através de estratégias elaboradas a partir do perfil dessa comunidade, é possível determinar a que ponto de crescimento os empreendimentos econômicos solidários conseguem dispor em sua localidade.

A SENAES vinculada ao Ministério do Trabalho (MTE), dentro de suas ações, criou em 2006, o PPDLES. O primeiro passo foi constituir os Agentes de Desenvolvimento Solidários, com o objetivo de identificar e potencializar as dificuldades dos pequenos empreendedores e buscar solução por meio de constituição de parcerias. Em 2007, o PPDLES passou a se chamar Projeto Brasil Local, em parceria com a Universidade de Brasília e outras entidades governamentais. O projeto fomenta a organização de empreendimentos autogestionários, facilitando o acesso a políticas públicas de incentivo, como capacitação, crédito comunitário, equipamentos formalização e escoamento da produção (MTE, 2011).

Segundo Culti (2011, p. 8) as condições para fomentar o desenvolvimento local e economia solidária “dependem de desenvolvimento endógeno que possa contar com capital social fortalecido, integrando e mobilizando os produtores por meio de redes sócio-técnicas de produção, comercialização, informação e formação, em torno da sua auto-sustentação”.

O envolvimento das universidades tem sido de grande apoio ao DL da economia solidária, conhecedores do perfil regional são capazes de oferecer a melhor forma de definição de estratégias solidárias e auxiliar na criação desses grupos. A formação de incubadoras universitárias, adotadas como extensão universitária, é de grande relevância para ambos os lados, universitário e cooperador, uma vez que o universitário tem a oportunidade de transpor o conhecimento adquirido para auxiliar na criação de geração de renda e emprego para várias famílias, de modo não capitalista, conhecendo os princípios de um novo modelo econômico solidário, adquirindo valores éticos e profissionais para sua futura formação.

Conforme Matsuda (2008, p. 4) “a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza e relação transformadora entre a universidade e a sociedade”.

### 2.2.2 Os tipos de produtos dos empreendimentos econômicos solidário

Como base na experiência para a verificação dos tipos de produtos dos empreendimentos econômicos solidários, a FEICOOP, é um ótimo exemplo de variedade de expositores, compreende os empreendimentos econômicos solidários regionais, alguns municípios de outros estados brasileiros e também alguns países pertencentes ao grupo MERCOSUL.

Na FEICOOP de 2011 foram identificados grupos solidários do RS como cidades de Santa Maria, São Pedro do Sul, São Leopoldo, Bento Gonçalves, Porto Alegre, Canoas, Cacequi, entre outros. Participaram ainda alguns grupos de fomento a economia solidária como a UNISINOS, UFSM e UNIFRA, entre outros grupos.

Estes grupos solidários expõem seus produtos e trabalhos nas feiras com o objetivo de reter rendas e compartilhar suas ideias com outros grupos de diferentes culturas e formas produtivas.

Conforme MTE (2005), na pesquisa realizada para a formação do atlas da economia solidária no Brasil, os produtos, agrupados em tipos de atividades, mais citados pelos



empreendedores econômicos solidários são: primeiro as atividades agropecuária, extrativista e pesca; segundo alimentos e bebidas; e terceiro os diversos produtos artesanais.

Os produtos pelos grupos de economia solidária de Santa Maria- RS estão agregados ao Projeto desenvolvido pela Diocese de Santa Maria- Esperança/Cooperança. Algumas atividades solidárias são realizadas na cidade como o Feirão Colonial Semanal, que é realizado todos os sábados no Centro de Referência Dom Ivo Lorscheiter, onde a comercialização se dá de forma direta entre o produtor organizado e o consumidor que fica sabendo quem produziu o produto que ele consome e se cria uma relação de confiança mútua, solidária, participativa e interativa, são comercializados produtos coloniais, hortifrutigranjeiros, produtos integrais, panificação e produtos artesanais.

Também está organizado em Santa Maria um Centro de Economia Solidaria que funciona de segunda á sexta oferecendo produtos coloniais, naturais, orgânicos e ecológicos.

Nestes pontos, comercializam-se produtos coloniais, hortigranjeiros ecológicos, caseiros, artesanais, panificação, confecção, serigrafia, artesanato em material reciclado, produtos da agroindústria familiar, da economia popular solidária, carne de qualidade e Prestação de Serviços (PROJETO ESPERANÇA/COOPERANÇA, 2011).

Conforme Projeto Esperança/Cooperança (2011), este projeto serve como promovedor de vários empreendimentos econômicos solidários e são adotados os seguintes princípios:

- Desenvolver novas formas de intercambio/trocas econômicas baseadas na solidariedade com vistas ao desenvolvimento sustentável e justo dos territórios e dos seus habitantes;
- Cooperação como base e condição de trocas, o que pressupõe o estabelecimento de relações de confiança e de transparência, justas e duradouras;
- Sustentabilidade dos intercâmbios, o que supõe de seus custos sociais e ambientais sejam assumidos conscientemente por produtores/as e consumidores/as;
- Estabelecer princípios, normas e critérios que permitam o desenvolvimento de maior equidade nas transações comerciais nos mercados internos e entre os países do Norte e os países do Sul, modificando a divisão internacional do trabalho tradicional nesse tipo de comércio diferenciado;

- Aproximar mais quem produz e quem consome, não apenas para que preços de produtos sejam barateados, mas como processo de socialização na busca da construção de um mundo responsável e sustentável;
- Busca de uma maior humanização do processo comercial, na qual a visão da economia passe a se centrar na pessoa e não apenas, e de forma limitada, no processo de troca mercantil e monetária.

Estes princípios vêm ao encontro dos princípios básicos de economia solidária, e são adaptados conforme a necessidade do empreendimento instalado. Cada negócio possui suas características e por isso possuem seus princípios próprios, mas sempre seguidos das regras base de uma economia solidária.

Os grupos que participam da 18ª FEICOOP vêm além de representar seus produtos trazer suas histórias, exemplos de transformação e criação das redes e grupos econômicos solidários, mostrando seus objetivos e ideais pelo qual estabelecem suas rendas e formas de vivência.

Participaram grupos solidários baseados na produção artesanal, hortifrutigranjeira, agroindustrial floricultura, entre outros. São experiências que trazem suas práticas e vivências, na econômica solidária, servindo de exemplo para outros tantos grupos solidários.

### 2.2.3 O apoio do poder público aos empreendimentos de economia solidária em Santa Maria/RS

A economia solidária em Santa Maria foi desenvolvida através do Projeto Esperança/Coesperança que é reconhecida como exemplo de autogestão dos empreendimentos solidários que potencializou.

Alguns fatos revelam a iniciação do apoio do poder público em relação a economia solidária em Santa Maria-RS.

Icaza e Freitas (2006) relatam sobre a experiência do projeto Esperança/Coesperança, criado no ano de 1987, e se desenvolveu sem nenhum tipo de apoio do poder público. Em 1998, o Projeto se envolveu em um caso da vigilância sanitária que acabou resultando em um maior distanciamento entre os governos estadual e municipal, sendo o projeto excluído politicamente de qualquer espaço de políticas públicas.

De 1999 até 2002, o projeto foi reconhecido em sua importância e começou a receber algum tipo de apoio público obtendo uma grande expansão no campo econômico solidário. Primeiramente veio apoio governamental em nível estadual, viabilizando a economia dos grupos. As principais mudanças foram: a agroindústria familiar, economia popular solidária, o Qualificar- RS, o Orçamento Participativo etc. (ICAZA; FREITAS, 2006).

Na agricultura e agroindústria familiar, o governo estadual deu apoio ao fomento e procedimentos de comercialização dos produtos. Em 1999, o projeto investiu na rotulagem desses produtos, criando o selo “Sabor da Terra”, e posteriormente, o estado criou o selo “Sabor Gaúcho”, como identificador de uma marca regulamentada. Também surgiram oportunidades de participar em feiras onde esses empreendimentos puderam se desenvolver (ICAZA; FREITAS, 2006).

Em relação às parcerias para assessoramento e fomento à economia popular solidária, foi instalado um escritório regional no Centro Regional de Trabalho em Santa Maria pela ANTEAG, onde foram desconsiderados alguns trabalhos estabelecidos pelo projeto Esperança/Coesperança, não ajudando tanto no desenvolvimento do mesmo (ICAZA; FREITAS, 2006).

A SEDAI disponibilizou um Curso de Formação de Multiplicadores de Redes de Empreendimentos Solidários em 2001, conseguindo motivar o Projeto formar a Teia Esperança em 2003 (ICAZA; FREITAS, 2006).

Também em 2001, através do Orçamento Participativo foi possível realizar a construção do segundo Prédio do Terminal de Comercialização, onde o governo financiou 80 % do valor da obra, e recebeu a colaboração de outras entidades, como Misericórdia, Prefeitura de Santa Maria e Cáritas Regional-RS. Ainda o governo estadual desenvolveu o Programa Qualificar-RS com o objetivo de realizar atividades de formação e qualificação em economia solidária (ICAZA; FREITAS, 2006).

Em 2001, o projeto Esperança/Coesperança recebe o apoio municipal. Nos primeiros dois anos a parceria foi no apoio para a realização das feiras (Feira do Cooperativismo e da Saldanha Marinho) concedendo autorização para ocorrer mensalmente durante uma semana (ICAZA; FREITAS, 2006).

Em 2003, nasce a Teia Esperança, que estabeleceu os pontos fixos de comercialização, as feiras periódicas e as grandes feiras anuais, conforme Figura .

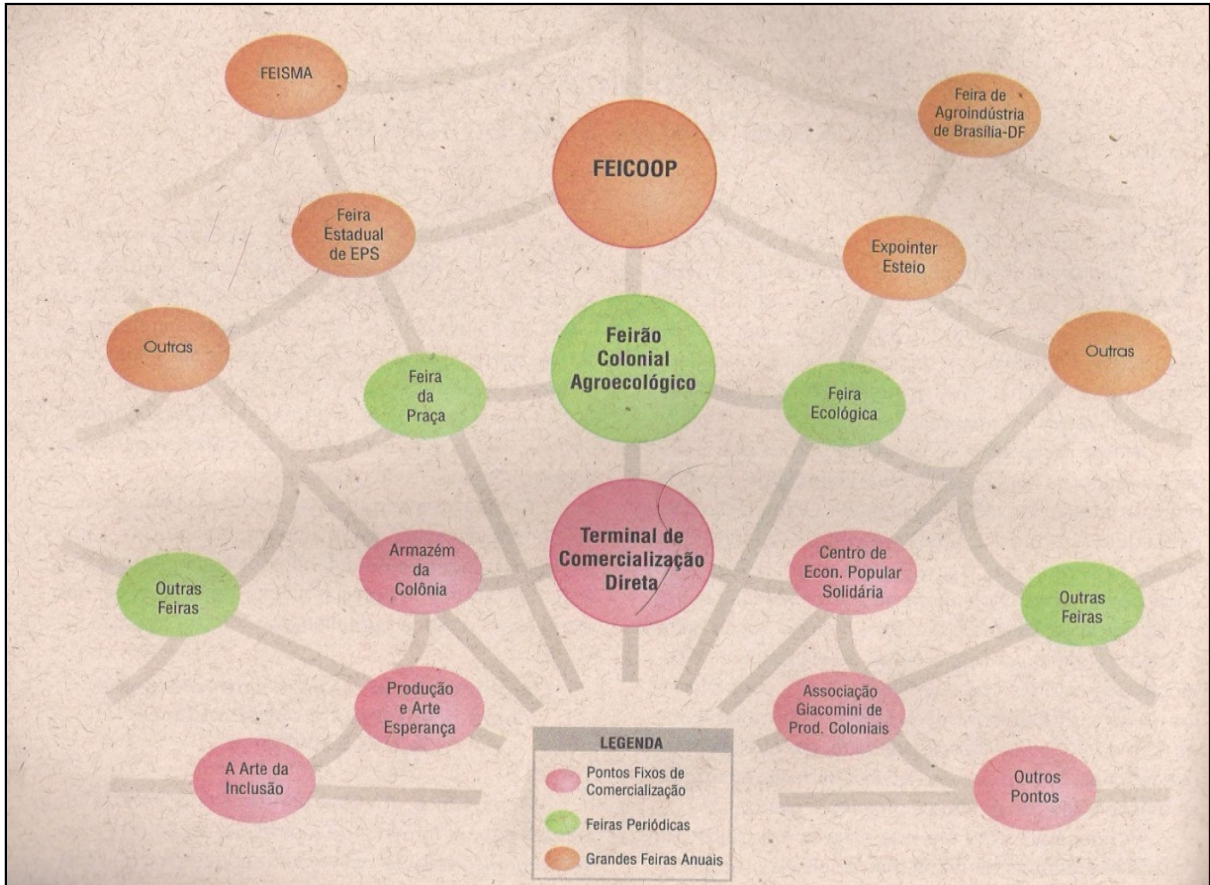


FIGURA 3 - Teia da Esperança- Espaços de Comercialização da Cooesperança.  
 Fonte: Adaptado de Icaza e Freitas, 2006, p. 78.

Rosses et al. (2010) identifica as principais características em relação ao projeto Esperança/Coesperança: a dinâmica grupal, a participação dos associados no processo decisório, a oferta de recompensas não materiais, a influência nas atividades das relações entre os cooperados e a preocupação da administração com o bem estar dos mesmos. Ainda, Rosses et al. (2010) afirma que este projeto tem a necessidade de desenvolver a motivação dos associados e promover práticas que aumentem o nível de satisfação do associado no trabalho.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Descrever os procedimentos metodológicos significa determinar minuciosamente todas as ações envolvidas para o desenvolvimento da pesquisa. Os objetivos estabelecidos são de primordial importância, onde a discussão do tema fica obrigatoriamente comprometida a descrever o que os objetivos pedem, e, ao final, na pesquisa, tanto bibliográfica como de campo, os resultados devem responder ao problema que se projetou inicialmente. Conforme Gil (2002, p. 37) “o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica varia em função de seus objetivos, estes devem ser claramente estabelecidos a fim de que as fases posteriores da pesquisa processem de maneira satisfatória”.

Também Gil (1999) explica que o estudo de campo procura o aprofundamento das questões propostas, onde se estuda um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social.

O presente capítulo está dividido em quatro partes. A primeira parte se destina a definir o delineamento da pesquisa, a segunda se refere ao tipo de pesquisa utilizado para desenvolver o trabalho, o terceiro o delineamento da pesquisa e o quarto compreende a coleta e análise dos dados.

#### **3.1 Delineamento da pesquisa**

O trabalho tem como foco o tema “Economia Solidária”, e seu objetivo é identificar o perfil dos empreendimentos de economia solidária da 18ª FEICOOP. A coleta de dados foi realizada na 18ª FEICOOP, local onde se reúne anualmente diversos empreendimentos solidários de todo o território nacional. Possível de identificar culturas e formas de trabalhos solidários bem diferenciados.

Determinado os objetivos, se faz necessário conhecer os fatos históricos e conceitos que servem de base essencial na compreensão da economia solidária. As referências bibliográficas que relatam essas experiências de diversas visões são fundamentais para avaliação crítica dos dados coletados na feira e a delimitação do perfil solidário. A partir daí se concebe a necessidade de descrever a evolução histórica da economia solidária

internacional, nacional e regional (Santa Maria/RS), conhecer os principais conceitos e características sobre a economia solidária. Também a importância do desenvolvimento local, o significado do apoio do poder público perante as ações solidárias e o surgimento das primeiras cooperativas e seus diversos tipos.

Após a obtenção da base teórica é realizada a análise dos dados coletados na pesquisa de campo, são avaliados os pontos relevantes da pesquisa e feitas as considerações necessárias da formação do perfil econômico solidário no Brasil.

### **3.2 Tipo e características de pesquisa**

Determinar o tipo de pesquisa consiste em informar como a pesquisa será moldada, quais formas irão conduzir todo o trabalho, ou seja, é um estudo de campo. Além disso, o presente trabalho tem características descritiva, explicativa e exploratória.

Primeiramente, se define por pesquisa exploratória, base inicial de qualquer trabalho de pesquisa, pois o leitor necessita explorar e conhecer os campos que o tema escolhido aborda, onde uma das principais formas é através da pesquisa bibliográfica. Conforme Gil (1999) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, assim como livros, artigos e revistas, permitindo ao pesquisador uma gama de informações muito maiores do que a pesquisa desenvolvida por si própria.

Conforme Reis (2008) afirma que a pesquisa exploratória tem o objetivo de aproximar o pesquisador do tema e objeto de estudo, construir questões importantes para a pesquisa, aprofundar conceitos sobre determinada temática e proporcionar uma visão geral e análise de exemplo estimulando a melhor compreensão do tema.

O tipo de pesquisa descritiva conforme Reis (2008) serve de intermédio entre a pesquisa exploratória e a pesquisa explicativa. No presente trabalho a pesquisa correlaciona fatos e características que descrevam a economia solidária como comunidade e inserção social, também o estudo de suas conexões, formas de surgimento e como se definem atualmente. Segundo Lopes (2006, p. 217) a pesquisa descritiva “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Considerada também como explicativa, pois realizada um levantamento de dados que denotam ressaltar a identificação da realidade da economia solidária. Conforme Lopes (2006,

p. 223) “este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, por que explica a razão, o porquê das coisas”, também ressalta que este tipo de pesquisa utiliza quase em todos os casos a pesquisa de campo.

Conforme Gil (1999) justifica que na pesquisa de campo se estuda um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ressaltando a interação de seus componentes, no caso o grupo econômico solidário reunido na 18ª FEICOOP, onde foi realizada a busca de dados e informações em uma comunidade pré-definida.

### **3.3 Natureza das Variáveis**

O tipo de estudo é quanti-qualitativo, pois no estado qualitativo se baseia em informações não métricas da população, ou seja, como ela se comporta e como ela percebe sua posição. O viés quantitativo caracteriza-se pelo fato de apresentar resultados numéricos e através destes pode quantificar e qualificar o estilo de economia solidária que o empreendedor adota, conforme foco da pesquisa.

Conforme Reis (2008, p. 57) “a pesquisa qualitativa tem como objetivo interpretar e dar significados aos fenômenos analisados”. Já, a pesquisa quantitativa de acordo Reis (2008, p.58) especifica que “caracteriza-se pelo uso da quantificação na coleta e no tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas”.

Assim com base no exposto, destaca-se que o presente trabalho é uma pesquisa populacional, classificada em descritiva e analítica, onde na descritiva procura descrever o comportamento desde o surgimento da economia solidária até os dias atuais, com bases teóricas e registro de dados, confrontando os dados atuais da pesquisa do presente trabalho.

### 3.4 Coleta e Análise dos Dados

O presente estudo caracteriza-se em definir o perfil dos empreendedores em economia solidária dos participantes da 18ª FEICOOP em Santa Maria/RS. O levantamento de dados foi realizado durante os dias 8, 9 e 10 de julho de 2011, na 18ª FEICOOP.

A amostra foi calculada a partir de Dias Lopes (2011), estabelecendo os parâmetros para coleta e análise dos dados para realização da pesquisa. Os dados foram baseados em publicações de mídia que forneciam uma quantidade com cerca de 800 (oitocentos) empreendimentos econômicos solidários que participariam da 18ª FEICOOP (A RAZÃO, 2011; DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2011).

Segundo Dias Lopes (2008) a Fórmula 1 é importante para definir o tamanho da amostra a ser utilizada na pesquisa. A Fórmula (1) é mostrada a seguir, com distribuição normal:  $Z^2_{\alpha/2} = 1,96$ ;  $p = 0,07$ ;  $q = 0,1$ ; e  $N = 800$  ao nível de significância de 5%, a amostra mínima é de 159 empreendimentos. Portanto, foram respondidos 160 questionários, sendo que destes, 21 foram eliminados por estarem incompletos, destes 139 questionários, ainda foram descartados, 46 respondidos pelos empreendedores de outros países. Assim que foram totalizados 93 questionário válidos.

$$n = \frac{Z^2_{\alpha/2} \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot N}{e^2 (N - 1) + Z^2_{\alpha/2} \cdot \hat{p} \cdot \hat{q}}$$

Onde:

- $n$  = amostra normal;
- $N$  = população total;
- $Z$  = valor tabelado (distribuição normal padrão  $z_{\alpha/2} = 1,96$ );
- $p$  = percentual estimado;
- $e^2$  = erro amostral;
- $q$  = complemento de  $p$ ;
- $\alpha$  = nível de significância.

FÓRMULA 1 - Cálculo da amostragem.



Dessa forma, os dados foram tabulados em planilha Excel (Microsoft Office 2007) por ser reconhecida pelo uso do SAS (*Strategic Activity System*).

Conforme Magalhães (2007, p. 1) “o SAS visa organizar o processamento dos dados, desde a etapa de coleta até a de apresentação, de modo a resumir a informação a ser empregada nos processos de tomada de decisão nos diferentes níveis organizacionais”.

Mediante o uso da estatística descritiva, observou-se o comportamento das variáveis pesquisadas. Também foram feitas cruzamentos das variáveis para comparar com a análise das questões individuais.

## 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

São analisadas, neste capítulo, os dados das questões referente a identificação do perfil da 18ª FEICOOP, baseados nos 93 questionários aplicados nos participantes da feira, ocasionando o estudo de caso.

A identificação do perfil dos empreendedores pode ser visto, inicialmente, na Tabela 1 e Figura 4, onde se evidenciam uma maior participação de pessoas do sexo feminino, com aproximadamente 80%. A faixa etária que se destaca para ambos os sexos é a compreendida entre “41 a 50 anos”, com 43%; seguida pelos “acima de 50 anos”, com 23,66%, perfazendo um total entre essas duas faixas etárias de 66,67% dos respondentes.

Isso significa que a participação das mulheres, “dedicada ao lar” e sem oportunidade de desenvolver outra atividade, passam a participar na 18ª FEICOOP como forma de aumentar sua renda, servir de exemplo para construção dos valores familiares, auxiliar na educação dos filhos e aumentar sua autoestima com o trabalho.

TABELA 1 - Cruzamento das variáveis sexo e idade, número de casos.

SEXO	IDADE (Quantidade./Porcentagem)					
	Total	menos de 21	de 21 a 30	31 a 40	41 a 50	acima de 50
Masculino	19 (20,43%)	0	1 (1,08%)	7 (7,53%)	9 (47,37%)	2 (2,15%)
Feminino	74 (79,57%)	3 (3,23%)	8 (8,60%)	12 (12,90%)	31 (41,89%)	20 (21,51%)
Total	93 (100%)	3(3,23%)	9 (9,68%)	19 (20,43%)	40 (43,01%)	22 (23,66%)

Fonte: Pesquisa 2011.

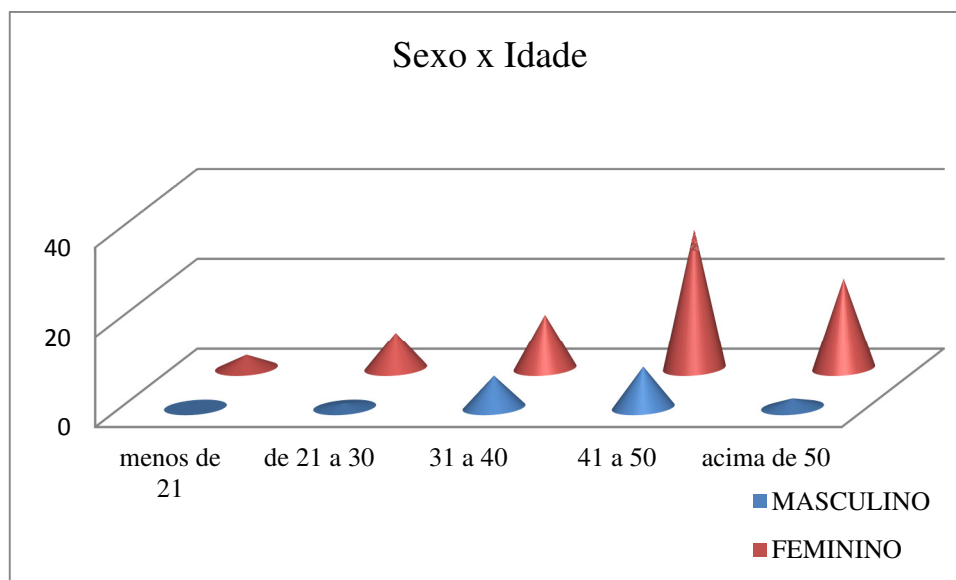


FIGURA 4 - Gráfico Idade x Sexo.

A frequência da variável “estado civil” predomina: casado com 63,44%, seguido pelo solteiro com 25,81%, conforme se observa na Tabela 2.

Esses fatos ainda justificam que, a criação do conceito de que os participantes, da economia solidária, constituem família, sendo o principal responsável pelo sustento desta, e tendem a buscar uma melhor qualidade de vida, onde representa percentual de 63,44% participantes casados, conforme Tabela 2.

TABELA 2 - Frequência da variável “estado civil”.

Estado Civil	Frequência	%
Casado	59	63,44
Solteiro	24	25,81
Divorciado	7	7,53
Outros	3	3,23

Fonte: Pesquisa 2011.

Quanto ao grau de instrução dos respondentes, na Tabela 3 e na Figura 5, nota-se que quanto ao público feminino 79,57% possuem, em maior quantidade, grau de instrução no ensinos médio, técnico e superior, assim como no masculino com maior grau de instrução em

ensino médio. Demonstrando assim, a capacidade e a preocupação que esses empreendedores possuem em relação à educação.

TABELA 3 - Cruzamento das variáveis sexo e grau de instrução.

SEXO	GRAU DE INSTRUÇÃO					
	Total	Ensino fundamental	Ensino médio	Curso técnico	Ensino superior	Não Alfabetizado
Masculino	19 (20,43%)	7 (7,53%)	8 (8,60%)	3 (3,23%)	1 (1,08%)	0
Feminino	74 (79,57%)	21 (22,58%)	38 (40,86%)	3 (3,23%)	12 (12,90%)	0
Total	93 (100%)	28 (30,11%)	46 (49,46%)	6 (6,45%)	13 (13,98%)	0

Fonte: Pesquisa 2011.

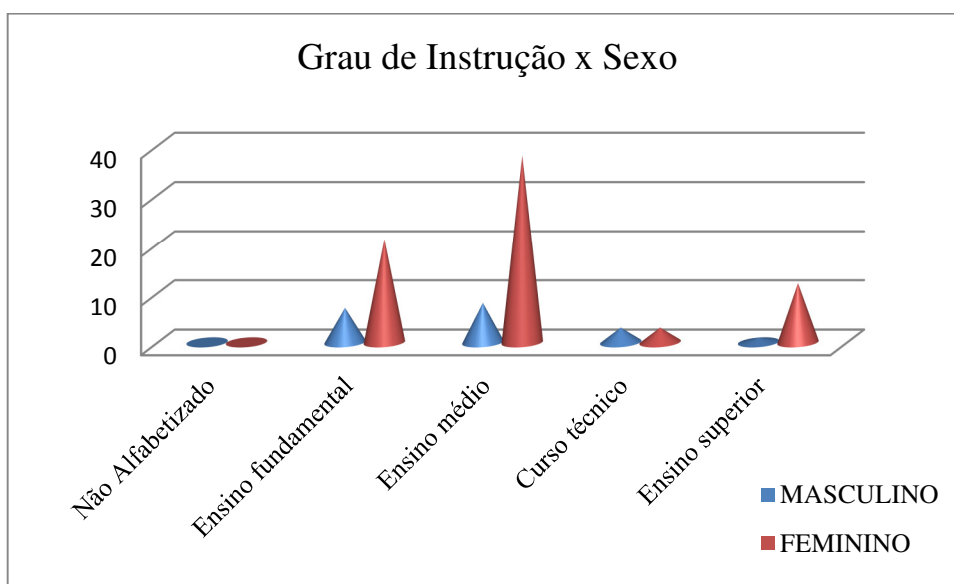


FIGURA 5 – Gráfico Grau de Instrução x Sexo.

A Tabela 4 e a Figura 6 mostram que há predominância de tempo de participação em empreendimentos de economia solidária entre 1 a 7 anos representando o total de 67,73% (35,48 + 32,25), considerando todos os grau de instrução na pesquisa. Ainda revela o grau de instrução destes empreendedores com 49,4%% predominante em ensino médio.

O tempo de participação nos empreendimentos solidários representa o tempo de experiência e desenvolvimento dos grupos econômicos solidários. Conforme dados da

pesquisa, compreende o tempo de participação entre 1 a 7 anos. Fato que justifica a busca de inovações, atualizando seus conhecimentos.

TABELA 4 - Cruzamento das variáveis, grau de instrução e tempo de participação na economia solidária.

GRAU DE INSTRUÇÃO	TEMPO DE PARTICIPAÇÃO (anos)					
	Total	Menos de 1	1 a 3	4 a 7	8 a 10	Acima de 10
Ensino Fundamental	28(30,1%)	2 (2,15%)	12 (12,90%)	8 (8,6%)	5 (5,38%)	1 (1,08%)
Ensino Médio	46(49,4%)	4 (4,30%)	15 (16,13%)	14 (15,05%)	8 (8,60%)	5 (5,38%)
Curso Técnico	6 (6,45%)	1 (1,08%)	3 (3,23%)	2 (2,15%)	0	0
Ensino Superior	13(13,9%)	2 (2,15%)	3 (3,23%)	6 (6,45%)	2 (2,15%)	0
Total	93(100%)	9 (9,67%)	33 (35,48%)	30 (32,25%)	15 (16,12%)	6 (6,45%)

Fonte: Pesquisa 2011.

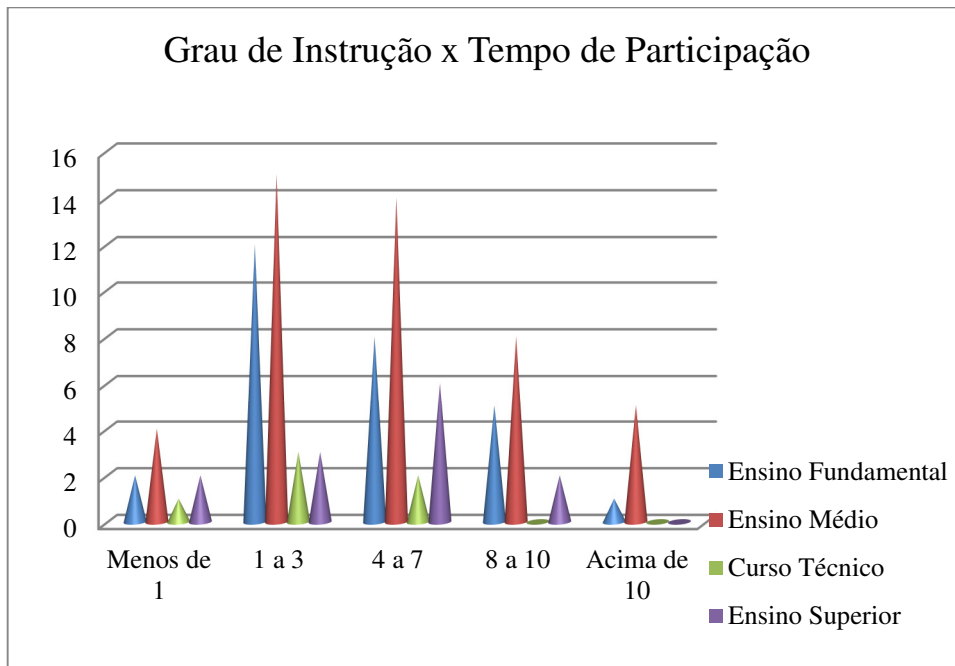


FIGURA 6 - Gráfico Grau de Instrução x Tempo de Participação na Economia Solidária.

No cruzamento das variáveis “tempo de dedicação nas atividades da economia solidária e a sustentabilidade”, conforme Tabela 5 e Figura 7, observa-se que 54,83%, dos entrevistados consideram seu empreendimento solidário sustentável, na medida em que,

66,66%, dedicam o seu tempo total para o desenvolvimento das atividades deste empreendimento.

Também se observou que os empreendedores além de terem participação na economia solidária, possui um emprego fixo entrelaçado ao seu empreendimento solidário. Assim como dependem da renda de outro familiar com emprego fixo, enquanto participa do trabalho solidário.

TABELA 5 - Cruzamento das variáveis, tempo de dedicação à economia solidária e sustentabilidade do empreendimento.

SUSTENTABILIDADE	TEMPO		
	Tempo Total	Tempo Parcial	Total
Sim	36 (38,71%)	15 (16,13%)	51 (54,83%)
Não	26 (27,96%)	16 (17,20)	42 (45,16%)
Total	62 (66,66%)	31(33,33%)	93 (100%)

Fonte: Pesquisa 2011

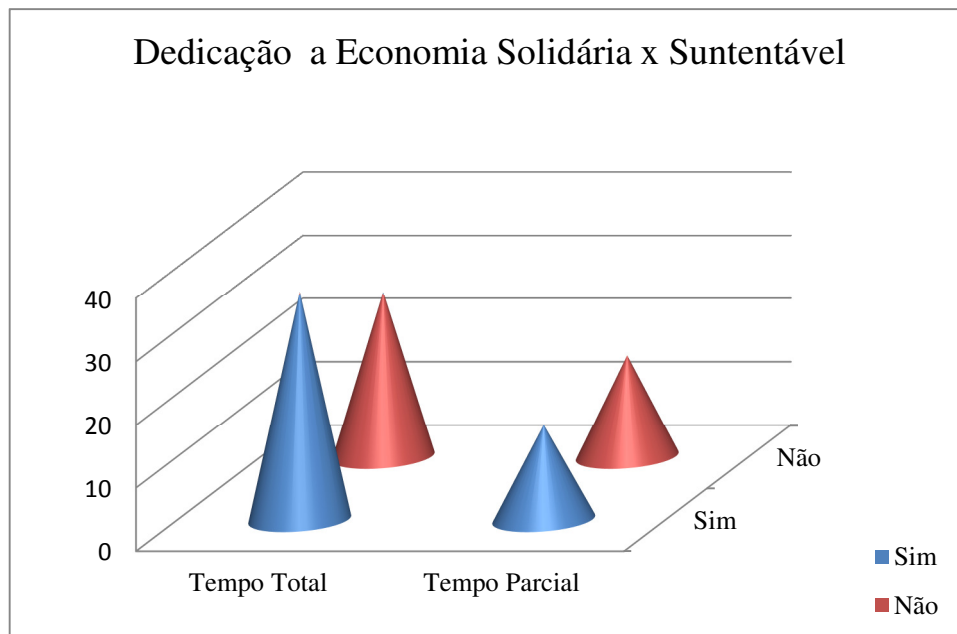


FIGURA 7 - Gráfico Tempo de dedicação a Economia Solidária x Sustentável.

Referente ao questionamento “Qual a renda mensal auferida com o seu empreendimento de economia solidária?”, apresenta qual a renda mensal auferida pelos

empreendedores da 18ª FEICOOOP. A renda atinge o valor médio de R\$ 912,20, apresentando um mínimo de R\$ 50 e o máximo de R\$ 10.000. Normalmente, os empreendedores solidários, que obtinham renda em média de R\$ 10.000 são comerciantes sazonais, ou seja, sua renda era maior em certos meses do ano devido algum fator temporal da sua região, e essa renda serve de sustentação para o restante dos outros meses em que sua rentabilidade chega a valores bem baixos.

Para melhor compreensão foram criados intervalos entre os valores mínimos e máximos, conforme Tabela 6, onde o primeiro intervalo apresenta os menores valores ( $50 \leq x < 2.050$ ), intervalo “A”, o intervalo “E” apresenta os maiores valores ( $8.050 \leq x < 10.050$ ). Fica evidenciado, conforme Figura 8, que no intervalo “A” está concentrado 93,55% dos empreendimentos que recebem entre R\$ 50 e R\$ 2.050.

TABELA 6 - Distribuição das rendas por intervalos e classificação dos intervalos.

Rendas	Classificação	Frequência	%
$50 \leq x < 2.050$	A	87	93,54
$2.050 \leq x < 4.050$	B	2	2,15
$4.050 \leq x < 6.050$	C	2	2,15
$6.050 \leq x < 8.050$	D	1	1,07
$8.050 \leq x < 10.050$	E	1	1,07

Fonte: Pesquisa 2011

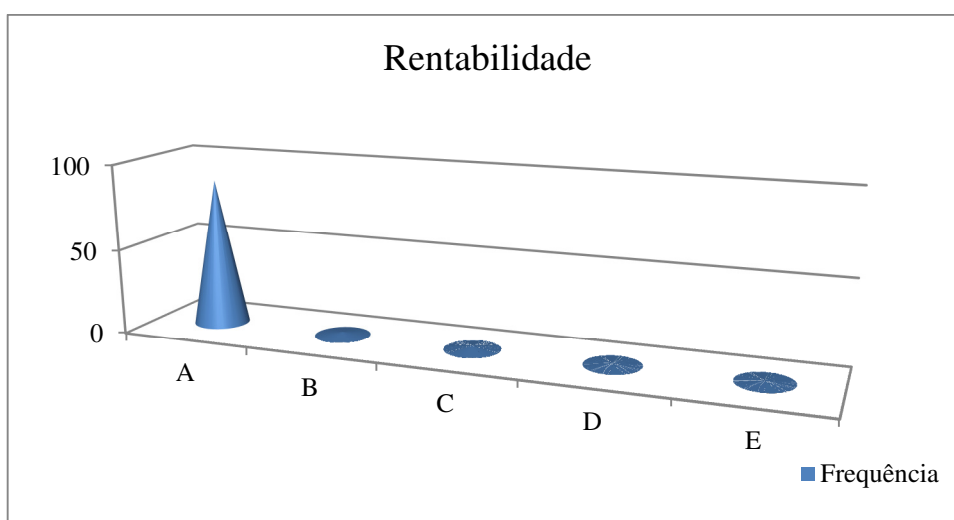


FIGURA 8 - Rentabilidade.

Na Tabela 7 e Figura 9 visualiza-se o cruzamento entre o tempo de participação do empreendedor solidário e o tempo de dedicação ao empreendimento solidário. Inicialmente destaca que 66,66% dedicam seu tempo total as atividades da economia solidária, já comentado anteriormente. Em relação ao tempo de participação na economia solidária percebe-se que 67,73 % entre “1 e 7” anos.

Na interseção destas variáveis mostram que, a maior quantidade de respondentes dedica tempo total ao seu empreendimento possuindo entre “4 a 7” anos de participação e experiência nas atividades da economia solidária.

TABELA 7 - Cruzamento das variáveis, tempo de participação na economia solidária e tempo de dedicação ao empreendimento.

TEMPO DE PARTICIPAÇÃO (anos)	TEMPO DE DEDICAÇÃO AO EMPREENDIMENTO		
	Tempo Total	Tempo Parcial	Total
Menos de 1 ano	4 (4,30%)	5 (5,38%)	9 (9,67%)
1 à 3	19 (20,43%)	14 (15,05%)	33 (35,48%)
4 à 7	24 (25,81%)	6 (6,45%)	30 (32,25%)
8 à 10	11 (11,83%)	4 (4,30%)	15 (16,12%)
Acima de 10	4 (4,30%)	2 (2,15%)	6 (6,45%)
Total	62 (66,66%)	31(33,33%)	93 (100%)

Fonte: Pesquisa 2011.

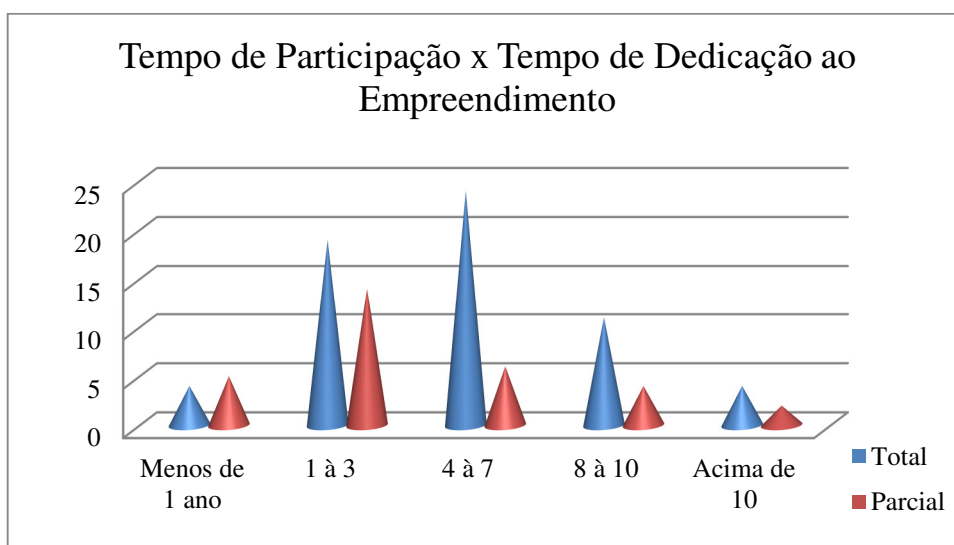


FIGURA 9 - Gráfico Tempo de Participação na Economia Solidária x Tempo de Dedicação a Economia Solidária.



Através da Tabela 8 e da Figura 10 verifica-se a relação entre o tempo de participação e a rentabilidade no empreendimento. No intervalo “A” ( $50 \leq x < 2.050$ ) predomina a maior percentagem com 93,54%, conforme já comentado. Destaca-se ainda que de 93 entrevistados, somente 6, pertencem as outras classificações de rendas (B, C, D e E).

TABELA 8 - Cruzamento das variáveis, renda mensal e tempo de participação na economia solidária.

TEMPO DE PARTICIPAÇÃO (anos)	RENDA MENSAL AUFERIDA NO EMPREENDIMENTO					Total
	A	C	E	B	D	
Menos de 1 ano	9 (9,68%)	0	0	0	0	9 (9,67%)
1 à 3	32.(34,41%)	0	0	1 (1,08%)	0	33 (35,48%)
4 à 7	28.(30,11%)	1 (1,08%)	0	1 (1,08%)	0	30 (32,25%)
8 à 10	13.(13,98%)	1 (1,08%)	0	0	1 (6,67%)	15 (16,12%)
Acima de 10 anos	5 (5,38%)	0	1 (1,08%)	0	0	6 (6,45%)
Total	87.(93,54%)	2 (2,15%)	1 (1,08%)	2 (2,15%)	1 (1,07%)	93 (100%)

Fonte: Pesquisa 2011.

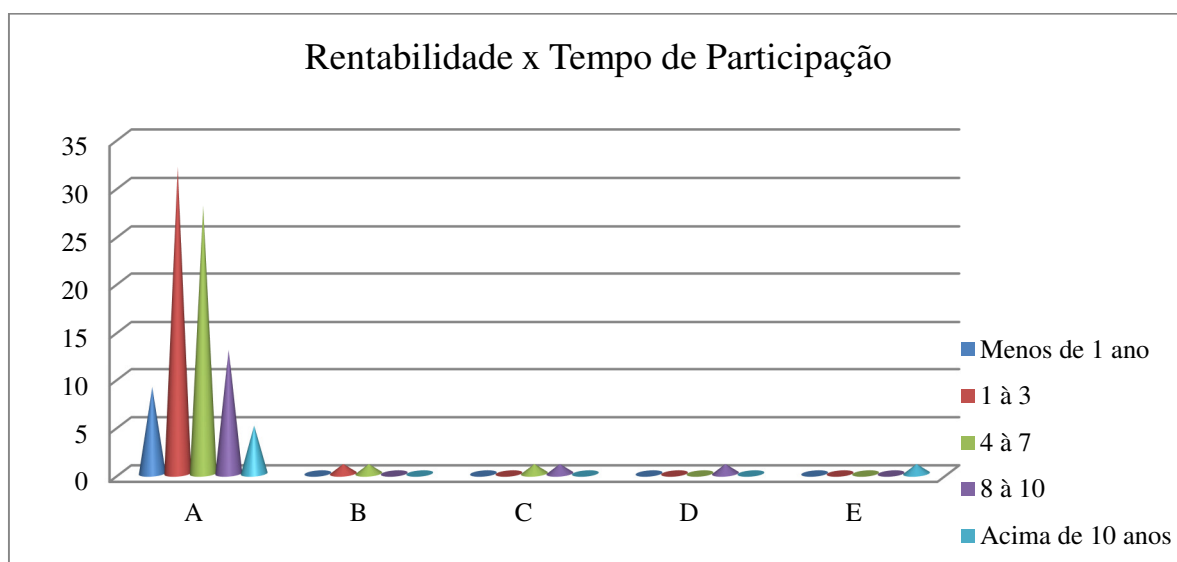


FIGURA 10 - Rentabilidade x Tempo de Participação na Economia Solidária.

Na Tabela 9 e Figura 11, destaca as variáveis de rendas, com os tipos de empreendimentos presentes na 18ª FEICOOP. Novamente a renda da classificação “A” corresponde a 93,54%, como base de renda mensal dos empreendedores articulados, na maioria, em Artesanatos (72,4%), seguido da produção de Agroindústria (21,84%) ainda na renda de classificação “A”. Os produtos expostos na feira de economia solidária se destacam, no total, como maioria no artesanato representando 70% e em segundo os produtos agroindustriais com 25%. A renda se encontra com 93, 55% na categoria A ( $50 \leq x < 2050$ ), com uma média de R\$ 912.

TABELA 9 - Cruzamento das variáveis, renda mensal auferida e tipo de produto representado pelo empreendimento.

RENDA MENSAL	TIPO DE PRODUTO DOS EMPREENDIMENTOS					Total
	Hortifrutigranjeiro	Artesanal	Agroindustrial	Floricultura	Outros	
A	1 (1,08%)	63 (67,74%)	19 (20,43%)	4 (4,30%)	0	87(93,54%)
B	1 (1,08%)	0	1 (1,08%)	0	0	2 (2,15%)
C	1 (1,08%)	0	0	0	1(1,08%)	2 (2,15%)
D	0	0	1 (1,08%)	0	0	1 (1,07%)
E	0	1 (1,08%)	0	0	0	1 (1,07%)
Total	3(3,23%)	64(68,82%)	21(22,58%)	4(4,30%)	1(1,08%)	93 (100%)

Fonte: Pesquisa 2011.

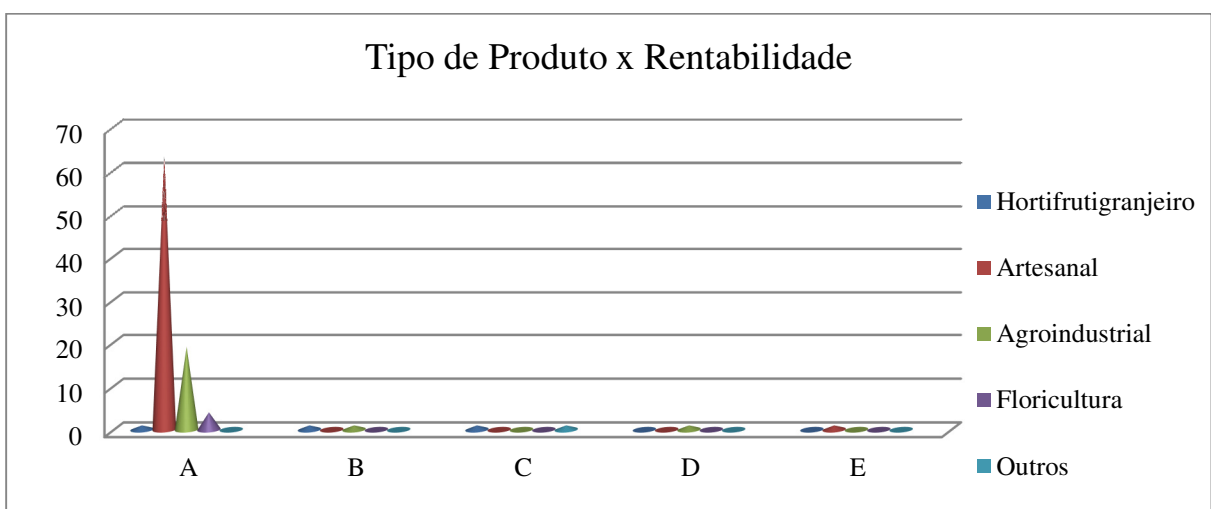


FIGURA 11 - Gráfico tipo de produto x rentabilidade.

A análise da Tabela 10 e Figura 12, aborda-se as variáveis de “grau de instrução” e a “realização de cursos de treinamentos para aperfeiçoamentos das atividades econômicas solidárias”. Ressalta-se que o grau de instrução compreende 49,46% no ensino médio, e 30,1% no ensino fundamental. A “realização e procura de treinamentos e aperfeiçoamentos” representam basicamente 80,63% nos itens “Sempre”, “Com frequência” e “Às vezes”. Indica que os empreendedores que mais participam de treinamentos e aperfeiçoamentos, são com grau de ensino médio, compreendendo maior quantidade de respondentes.

Uma vez que, o passar do tempo esses membros econômicos solidários passam a receber cursos profissionalizantes e estímulos para a formação educacional, inclusive alguns grupos, destinam parte do seu rendimento para a educação dos filhos dos associados, distribuindo igualmente conforme a necessidade do estudante.

TABELA 10 - Cruzamento das variáveis, grau de instrução e realização de cursos de aperfeiçoamento.

GRAU DE INSTRUÇÃO	FREQUÊNCIA CURSOS E TREINAMENTOS PARA APERFEIÇOAMENTO					Total
	Sempre	Com frequência	Às vezes	Raramente	Nunca	
Ensino Fundamental	6 (6,45%)	9 (9,68%)	6 (6,45%)	2 (2,15%)	5 (5,38%)	28 (30,1%)
Ensino Médio	14 (15,05%)	16 (17,20%)	8 (6,20%)	3 (3,23%)	5 (5,38%)	46 (49,46%)
Curso técnico	3 (3,23%)	1 (1,08%)	1 (1,08%)	1 (1,08%)	0	6 (6,45%)
Ensino Superior	2 (2,15%)	3 (3,23%)	3 (3,23%)	0	2 (2,15%)	13 (13,97%)
Total	25(26,88%)	29(31,18%)	21(22,58%)	6 (6,45%)	12 (12,9%)	93 (100%)

Fonte: Pesquisa 2011.

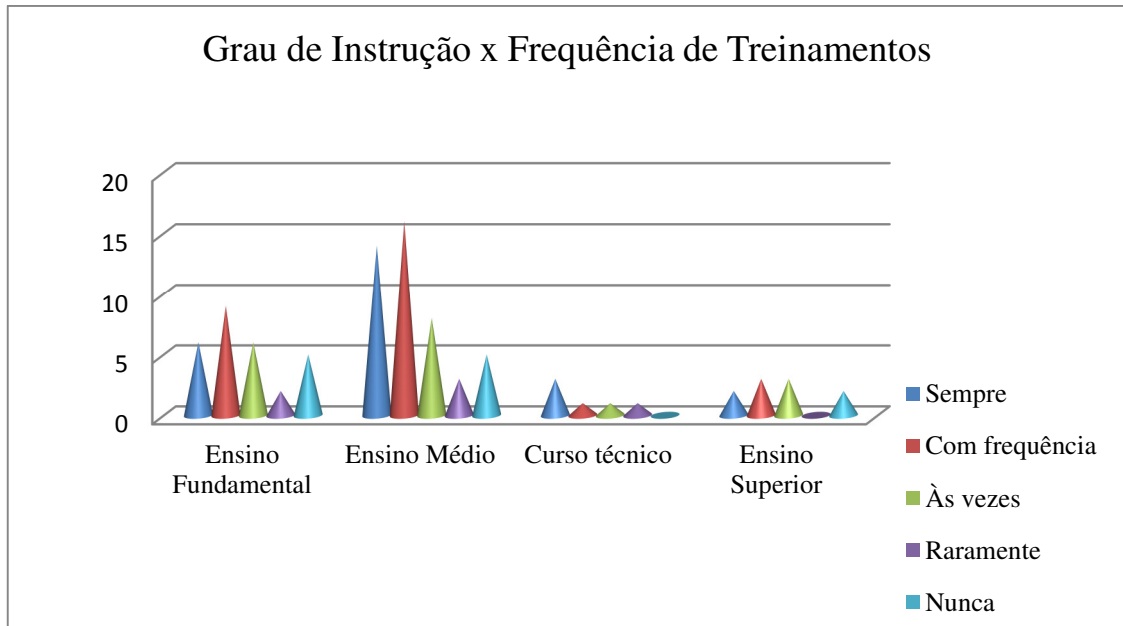


FIGURA 12 – Gráfico grau de instrução x frequência de treinamentos.

A Tabela 11 e Figura 13 mostram as variáveis referentes a “acesso a recursos governamentais” e o “tipo de produto comercializado pelo empreendimento”. Conforme o questionamento referente ao acesso a recursos governamentais, 54,83% responderam “não receberem algum tipo de ajuda”. As duas variáveis relatam que, a maior parte que recebe apoio do poder público está auferida na produção Artesanal e em seguinte a produção Agroindustrial. Ressalta que a maioria não recebe apoio do poder de público.

TABELA 11 - Cruzamento das variáveis de acesso a recursos governamentais e o tipo de produto comercializado pelo empreendimento.

EMPREENHIMENTO	ACESSO A RECURSOS		
	Sim	Não	Total
Hortifrutigranjeiro	3 (3,23%)	0	3 (3,22%)
Artesanal	26 (27,96%)	38 (40,86%)	64 (68,81%)
Agroindustrial	10 (10,75%)	11 (11,83%)	21 (22,58%)
Floricultura	2 (2,15%)	2 (2,15%)	4 (4,3%)
Outros	1 (1,08%)	0	1 (1%)
Total	42(45,16%)	51 (54,83%)	93 (100%)

Fonte: Pesquisa 2011.

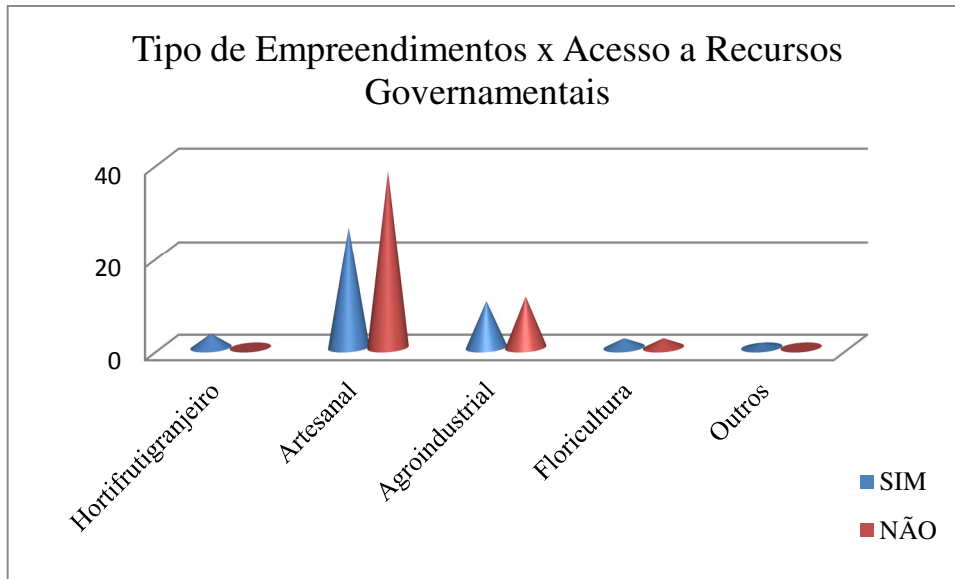


FIGURA 13 - Gráfico tipo de empreendimento x acesso a recursos governamentais.

A Tabela 12 e Figura 14 mostram o cruzamento das variáveis dos “dependentes da renda dos empreendimentos” com o “tipo de produto compreendido na FEICOOP”. Em relação aos dependentes dos empreendedores destaca-se que 65,58% são entre “0 e 1” e “2 a 3” dependentes da renda e sustentabilidade do empreendimento econômico solidário. As duas variáveis destacam o Artesanato com dependentes entre “0 e 1” e “2 a 3”, portanto destaca claramente que o segmento Artesanal possui o maior número de dependentes da renda do empreendimento.

TABELA 12 - Cruzamento das variáveis de dependentes da renda do empreendimento e tipo de produto.

DEPENDENTES DOS EMPREENDEDORES	TIPO DE PRODUTO DOS EMPREENDIMENTOS					Total
	Hortifrutigranjeiro	Artesanal	Agroindustrial	Floricultura	Outros	
0 a 1	0	25 (26,88%)	3 (3,23%)	0	0	28 (30,1%)
2 a 3	0	24 (25,81%)	9 (9,68%)	0	0	33 (35,48%)
3 a 4	1 (1,08%)	7 (7,53%)	6 (6,45%)	1 (1,08%)	1 (1,08%)	16 (17,2%)
Mais de 5	1 (1,08%)	3 (3,23%)	3 (3,23%)	0	0	7 (7,52%)
Não responderam	1(1,08%)	5 (5,38%)	0	3(3,23%)	0	9 (9,67%)
Total	3(3,23%)	64(68,82%)	21(22,58%)	4(4,30%)	1(1,08%)	93(100%)

Fonte: Pesquisa 2011.

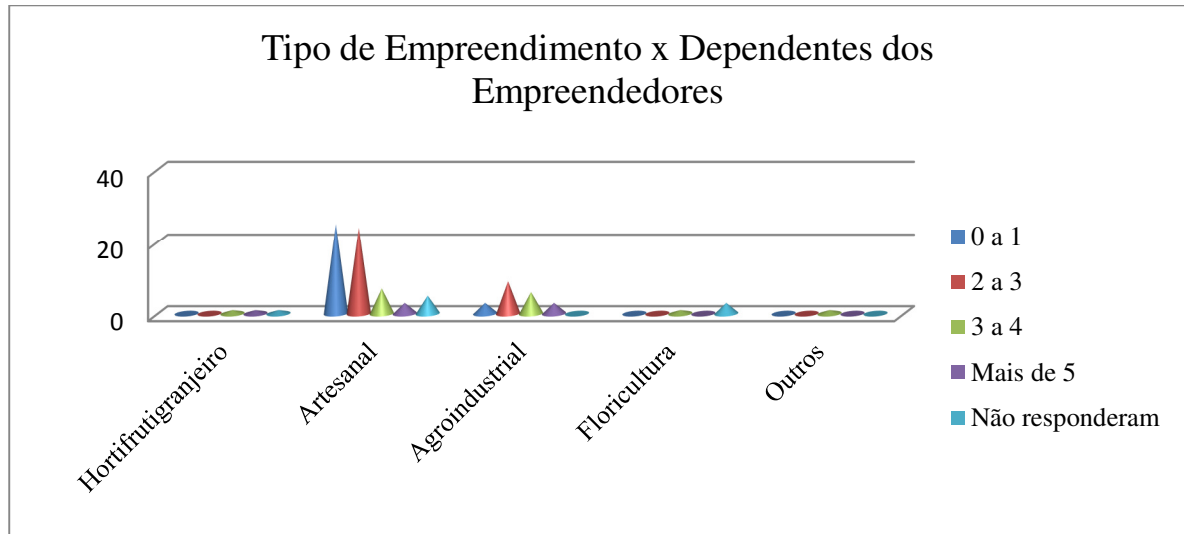


FIGURA 14 - Gráfico tipo de empreendimento x dependente dos empreendedores solidários.

Conforme Tabela 13 e Figura 15, a questão que refere-se “Você possui acesso a recursos governamentais?”, destaca que 54,83% responderam que nunca receberam nenhum tipo de apoio governamental e aqueles que receberam declaram pouca constância no recebimento de alguma ajuda em algum aspecto para o desenvolvimento da economia solidária.

TABELA 13 – Acesso a recursos governamentais.

Acesso a recursos governamentais	Constância					Total
	Sempre	Com frequência	Às vezes	Raramente	Nunca	
Sim	8 (8,6%)	9 (9,67%)	16 (17,20%)	8 (8,6%)	1 (1,07%)	42(45,16%)
Não	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	0 (0,00)	51(54,83%)	51(54,83%)
Total	8 (8,6%)	9 (9,67%)	16 (17,20%)	8 (8,6%)	52(55,9%)	93 (100%)

Fonte: Pesquisa 2011.

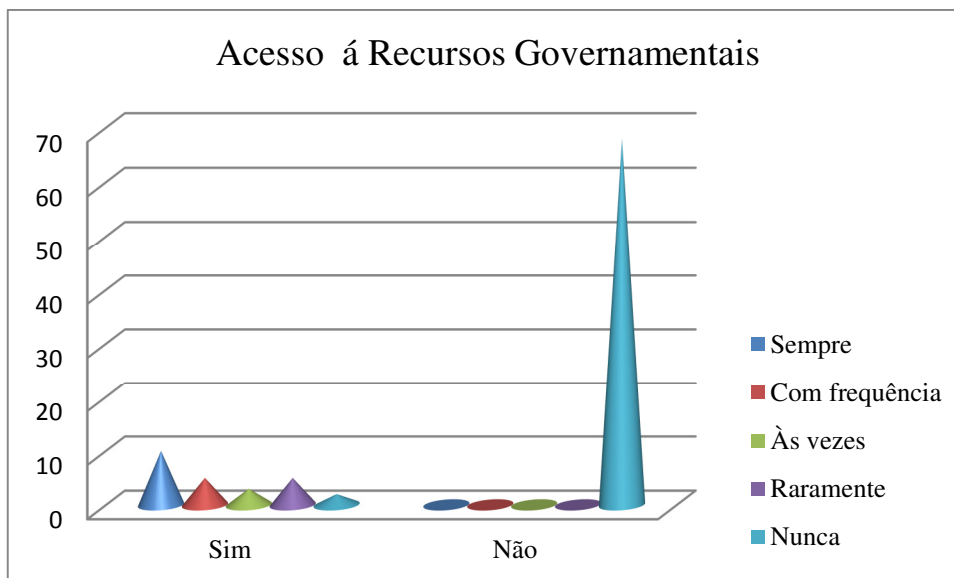


FIGURA 15 – Gráfico acesso a recursos governamentais.

Conforme Tabela 14 e Figura 16, questão que refere-se “Você possui acesso a recursos não governamentais - ONGs?”, destaca que 63,11% não recebem ou receberam algum tipo de acesso a esse recurso e aqueles que receberam definem pouca frequência.

TABELA 14 - Acesso a recursos não- governamentais.

Recursos não governamentais	Constância					Total
	Sempre	Com frequência	Às vezes	Raramente	Nunca	
Sim	10 (10,75%)	5 (5,37%)	3 (12,00)	5 (5,37%)	2 (2,15%)	25 (26,88%)
Não	0	0	0	0	68(73,11%)	68 (73,11%)
Total	10 (10,75%)	5 (5,37%)	3 (12%)	5 (5,37%)	70 (75,26%)	93 (100%)

Fonte: Pesquisa 2011

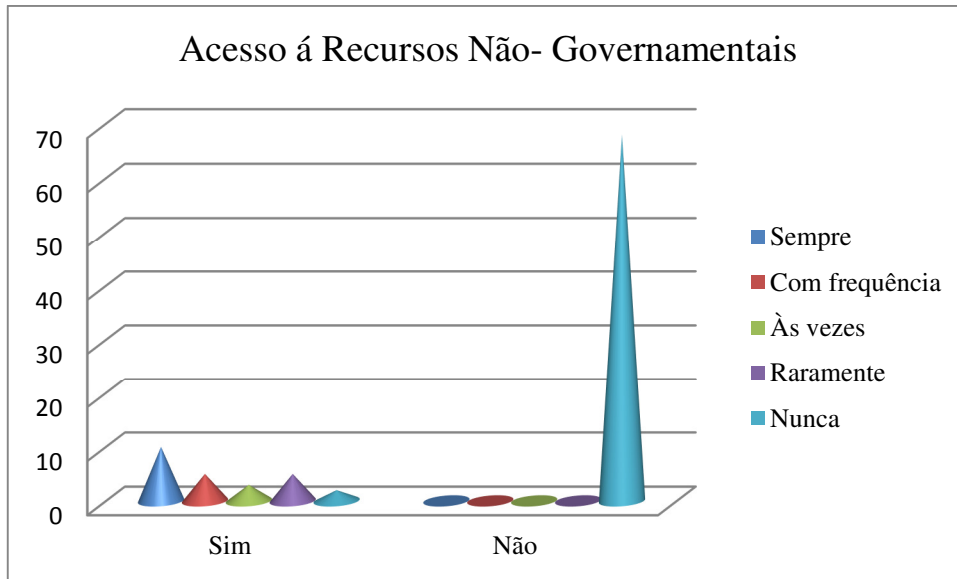


FIGURA 16 – Gráfico acesso a recursos não- governamentais.

A Tabela 15, e Figura 17 referem-se “qual o principal fator que motiva os entrevistados a participar do meio solidário”. Em primeiro lugar a cooperação com 31,18% dos empreendimentos, depois a categoria nova experiência, com 24,73%, seguida pela necessidade de complementação de renda, com 22,58%. A base teórica deste trabalho ressalva que, os grupos solidários são formados em relação à falta de emprego e falta de renda para sua sustentabilidade, quando excluídos do mercado de trabalho.

Conforme Barcellos (2000, p. 33) “o fato do modo de produção capitalista não ser totalitário ainda, nos dias de hoje, não se dá somente pelo fato de certos indivíduos optarem por outros modos de produção, mas também porque é grande e crescente o número de excluídos”.

Contrariando esta citação a pesquisa mostrou que a maior motivação de participar de grupos solidários está em primeiro lugar na “cooperação”, em segundo lugar, uma “nova experiência” e em terceiro a “necessidade de complementação de renda”, ou seja, a economia solidária nos tempos atuais não é vista somente como estratégia para reduzir o desemprego, mas principalmente, como uma forma de trabalho justa e desmembrada do capitalismo acirrado.



TABELA 15 - Fator principal que motiva os entrevistados a participar do meio solidário.

Categorias	Frequência	%
Cooperação	29	31,18
Nova experiência	23	24,73
Necessidade de complementação da renda	21	22,58
Liberdade de expressão	13	13,98
Domínio do que faz	6	6,45
Todas as alternativas mencionadas	1	1,08

Fonte: Pesquisa 2011.

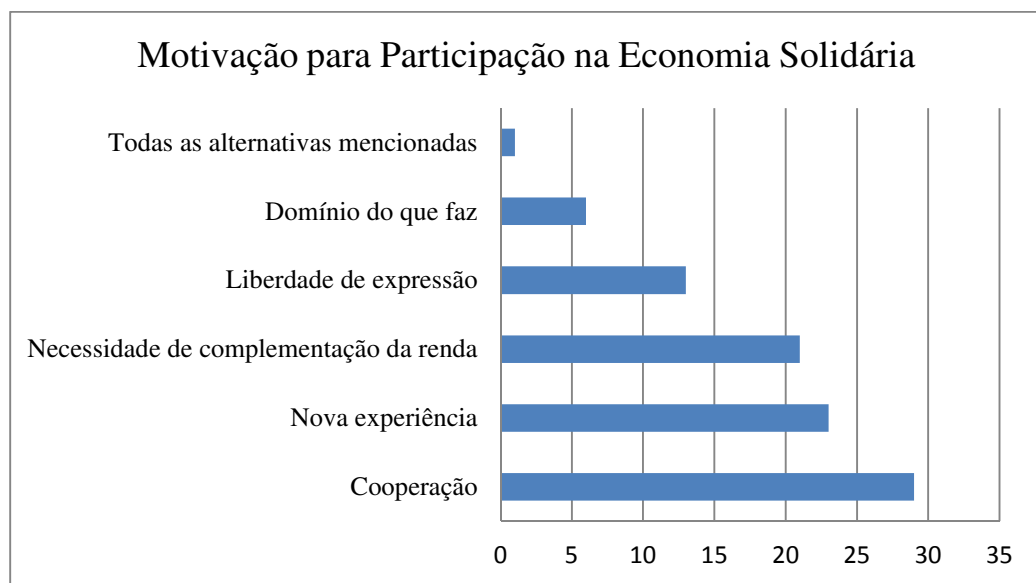


FIGURA 17 - Gráfico motivo para participação na economia solidária.

As questões em estudo abrangem somente o estudo de caso 18ª FEICOOP, sendo que os dados foram dispostos na melhor forma de compreensão, formadas a partir de questões simples que determinam o perfil solidário e as características necessárias para seu desenvolvimento.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES FINAIS**

### **5.1 Considerações**

Como respostas aos objetivos propostos inicialmente, esta sessão vem ao encontro de ressaltar todos os dados construídos para a identificação do perfil econômico solidário a partir do estudo de caso na 18ª FEICOOP.

O primeiro objetivo específico propõe revisar a literatura acerca da economia solidária, que teve relevância no desenvolvimento econômico, político e cultural na economia solidária. Como resposta a este objetivo estruturou-se com bases históricas no surgimento internacional, brasileiro e regional destacando a necessidade de buscar conhecimento do comportamento da economia solidária. O perfil solidário vem desde as remanescentes das empresas capitalistas provar que o trabalho em equipe é mais eficiente que o trabalho individualista definido por metas e pressões. Conforme Tannenbaum e Schmidt (1986 p. 43) afirmam que “pode-se esperar que um grupo de antecedentes e interesses semelhantes trabalhe de forma flexível e que com o tempo adquira hábitos de cooperação e seja assim capaz de tratar um problema de maneira mais eficiente”.

Essa forma de economia solidária aborda trabalhos em grupos, sem disputas, sem concorrência, com o aprendizado e as experiências sempre em ascensão e desenvolvendo novas formas para o desenvolvimento dos empreendimentos solidários.

O segundo objetivo específico solicitou verificar quais as instituições que vem assessorando as experiências de geração de trabalho e renda por meio da economia solidária, onde foi dividido em dois questionamentos: ao apoio governamental; e ao apoio não governamental englobando todas as formas de apoio que podem receber.

A Tabela 16 demonstra o que há uma grande porcentagem que não tem acesso a esses tipos de apoio. A economia solidária tem muito a ser reconhecida, onde os empreendedores necessitam desenvolverem seus potenciais e tornarem uma forma de renda para sua sobrevivência.

TABELA 16 – Apoio Governamental e Não- Governamental

<b>Instituições que vem assessorando as experiências de Economia Solidária</b>	
Apoio Governamental	54,83% não receberam nenhum apoio
Apoio Não-Governamental	63,11% não receberam nenhum acesso.

Fonte: Pesquisa 2011.

O apoio governamental serve de base para um bom desenvolvimento, ajudando os empreendimentos solidários estabelecerem suas raízes solidárias. A pesquisa aponta que há um grande avanço em relação ao apoio recebido, mas que, pela economia solidária ser recente, onde maioria dos empreendedores conhecem as vantagens adquiridas em âmbito público, para o desenvolvimento local do município.

Como terceiro objetivo, o desafio foi levantar o perfil dos empreendedores solidários da 18ª FEICOOP, conforme Tabela 17, que se encontram resumidamente um perfil a ser adotado no estudo de caso proposto.

Define-se uma faixa etária de 31 até mais de 50 anos de idade, maioria dos participantes do sexo feminino, com 2 ou 3 membros dependentes da renda adquirida através da economia solidária, maioria com ensino médio, mostrando o tempo de participação da economia solidária entre 1 a 7 anos, procuram treinamentos com frequência, maioria com empreendimentos artesanais, renda média de R\$ 912,00. Também o conceito de causa de participação e adoção da economia solidária mudam para primeiro lugar cooperação e segundo nova experiência.

TABELA 17 - Perfil da Economia Solidária da 18ª FEICOOP.

<b>PERFIL ECONÔMICO SOLIDÁRIO</b>	
Faixa etária -31 anos até mais de 50 anos	87,1%.
Sexo feminino	79,57%
Participantes casados	63,44%
2 ou 3 membros dependentes da renda	35,48%
Com ensino médio	49,46%
Dos 49,46% com ensino médio 51,36% são mulheres	
Tempo de participação entre 1 a 7 anos	67,73 %
Treinamentos frequentes	80,64%
Primeiro lugar na “cooperação”, em segundo lugar, uma “nova experiência”	
Artesanato representando 70%	
Renda média de R\$ 912,00	

Fonte: Pesquisa 2011.

Desse modo a organização de feiras solidárias tem o objetivo de não somente estabelecer contato direto entre consumidor e fornecedor, mas sim mostrar ao público os trabalhos que são realizados por esses empreendedores.

Nas discussões e a participação dos empreendedores nos debates em fóruns de economia solidária no Brasil, na sistematização das experiências, a divulgação das ideias e a transformação destas em proposta.

Portanto, o conjunto é essencial para buscar apoio, tanto em âmbito governamental ou não-governamental, para a melhoria da qualidade e crescimento da produtividade dos empreendimentos econômicos solidários.

Ainda ressalta a importância das incubadoras, formadoras de novos empreendimentos e auxiliares do sucesso da economia solidária. Onde se inserem as universidades, com o aprendizado dos acadêmicos utilizando para potencializar seus conhecimentos e auxiliar na busca de alternativas de transformação social e das políticas públicas de formação, geração de trabalho e renda.

O objetivo do trabalho é definido pelo estudo de caso da identificação do perfil econômico solidário através da 18ª FEICOOP, como facilitador em estabelecer pontos de ações para a instauração de projetos de criação e auxílio para a economia solidária.

Pode-se constatar que cada região adota um plano de desenvolvimento local diferenciado, com maiores ou menores iniciativas, dependendo da sua renda per capita e quantidade de desempregados que necessitam de novas atividades econômicas. Esta visão geral é necessária, devido alguns aspectos passarem como irrelevantes em consideração a análise regional específica, como a sustentabilidade, a faixa etária atingida, entre outros perfis já definidos, que mostram os pontos em comum e, a partir destes, pode-se adotar medidas necessárias para o crescimento e desenvolvimento da economia solidária e principalmente para a estruturação da FEICOOP.

## **5.2 Recomendações**

Todo o trabalho foi desenvolvido com base na revisão de literatura, mas principalmente nos dados da 18ª FEICOOP, com feirantes que são integrantes de grupos solidários das diversas regiões brasileiras. A definição do perfil dos empreendimentos de economia solidária na 18ª FEICOOP se baseia em dados destes participantes na feira realizada em julho de 2011. Dados básicos foram questionados, para a definição do perfil, mostrando uma noção de como se dá a economia solidária neste estudo de caso.

Estes dados da pesquisa podem ser ampliados como sugestão para uma próxima pesquisa, dentre eles se cita: as iniciativas, a relação de autonomia, a flexibilidade, o interesse, o autocontrole, a autoestima como fator relevante e as perspectivas de ação perante o que se espera da economia solidária. Também este trabalho serve de base para todos os outros futuros trabalhos a serem realizados, ainda que, representa uma pequena parcela do público de economia solidária que participaram da 18ª FEICOOP.

Recomenda-se que para uma próxima pesquisa contemple uma amostragem com mais abrangência dos empreendedores e conseqüentemente com erro amostral menor, aumentando a fidedignidade dos dados do perfil solidários e comparar as mudanças desde a realização da feira, em 2011.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, T. **Educação e Economia Popular Solidária**. Aparecida: Idéias e Letras, 2010.

AJAMBUJA, L. R. Os valores da economia solidária. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, 2009, n.11.- p. 282-317.

ALMEIDA COSTA, P. **Inovação em Economia Solidária: Um desafio no campo político**. 2007. 206 f. Tese (Doutorado em Administração) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ANANIAS, P. **Discurso como Ministro do Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Jornal de Economia Solidária de Santa Maria, RS. 2010.

ASSEBURG, H. B. e ORGANDO, C. **Cartilha da Economia Solidária no Rio Grande do Sul: Resultados do primeiro Mapeamento Nacional, A perspectiva dos Direitos Humanos**. Porto Alegre: UNESCO/ San José / Costa Rica 2006.

BADIN, L. **Nos Caminhos da Utopia: O princípio dialógico nas propostas literárias**. Vol. 6 Rio de Janeiro: E-papers serviços editoriais, 2003.

BARCELLOS, A. P. **Economia Popular e Solidária: Uma alternativa á crise do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90**. Monografia (Bacharel em Ciências Economicas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

BEM-VINDOS a Feira Solidária. A RAZÃO, Santa Maria, 06 de julho. 2011. Categoria Economia.

JORNAL ESPECIAL. **Boletim do Jornal Especial comemorativo 10 anos do fórum social mundial de economia solidaria**, 2010.

BUARQUE, S C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável: Metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUCKNGHAM, M. **A única coisa que você precisa saber sobre gestão, liderança e uma trajetória de sucesso**. trad. Donadone Joel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BÚRIGO, F. L. **Moeda Social e a Circulação das Riquezas na Economia Solidária.** Conclusão da disciplina Análise Sócio-Política do Sistema Financeiro no Capitalismo Contemporâneo, UFSC, 2000. Disponível em: < [www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf](http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf)>. Acesso em: 16 nov, 2011.

CHAVES, D. F. e PINTO, I. M. J. **Economia Solidária como Alternativa de Desenvolvimento Regional.** T&C Amazônia, Ano V, N. 10, 2007.

COSTA, P. A. Sistema Local de Inovação em Economia Solidária: embrião de processos de desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, 2011, n. 1, V. 7, p. 153-173.

CULTI, M. N. **Economia Solidária: Geração de Renda e Desenvolvimento Local Sustentável.** Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/ivseminario/texto6.pdf>>. Acesso em: 21 de nov. 2011.

CUNHA, G. C. **Políticas Públicas de Economia Solidária Enquanto Ressignificação das Relações Estado-Sociedade:** Alguns elementos teóricos e empíricos. In: II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 2001, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Nucleo de Pesquisa em Movimentos Sociais- UFSC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Economia Solidária e Políticas Públicas:** Reflexões a partir do caso do programa Incubadoras de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP. 2002. 162 f. Dissertação- (Mestrado em Ciências Públicas). Universidade de São Paulo, 2002.

CRUZ, A. **Uma Contribuição Crítica as Políticas Públicas de Apoio á Economia Solidária.** In: Conclusão da disciplina “Economia Solidária”, oferecida pelo PPG em Economia da FEA-USP, em 2001.

DIAS LOPES, L. F. **Estatística e Qualidade e Produtividade:** Amostra. Disponível me:< <http://felipelopes.com/CalculoAmostra.php>>. Acesso em: 12 jan 2012.

FAVARETO, A. **Economia Solidária: Experiências.** Curso de formação de formadores para gestão e desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo:, 2003.

FBES. **Carta de Principios da Economia Solidária-** Programa Nacional de Fomento às Feiras de Economia Solidária Disponível em:< [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=63&Itemid=60](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60)>. Acesso em: 27 nov. 2011.

FEICOOP **Esperança/Coesperança**: Histórico das feiras de economia solidária do MERCOSUL. Disponível em:< <http://esperancacoesperanca.org.br/feicoop/>>. Acesso em: 23out.2011.

FILHO, G. C. F. e LAVILLE, J.. **Economia Solidária**: Uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FINANÇAS SOLIDÁRIAS. **Moedas Sociais**: Moeda mate. 2006. Disponível em:< <http://www.financassolidarias.com.br/moedas-sociais/mate-rede-estadual-de-trocas-solidarias-rs>>. Acesso em: 12 jan. 2012.

FRANKLIN, N. I. C. **Economia Solidária e Sociedades Cooperativas**: Uma alternativa ao sistema capitalista de produção. UNESP, 2011. Disponível em: < <http://www.franca.unesp.br/revistaeletronica/direito2011/Naila.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

GAIGER, L. I. **A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização**. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 2004, n.4, Vol. 47, p. 799-834.

\_\_\_\_\_. **A Economia Solidária no Brasil**: Refletindo sobre os dados do primeiro Mapeamento Nacional. In: II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2007, Florianópolis. **Anais...**Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais- UFSC, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Como Elaborar um Projeto de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, L. P et al.. **Uma análise da satisfação dos consumidores da feira de economia solidária de Santa Maria**. In: SEPROSUL - Semana de Engenharia de Produção Sul-Americana. Santiago, Chile, 2010.

GOERCK, C. e FRAGA, C. K. **Economia Popular Solidária no Brasil**: Um espaço de resistência as manifestções de desigualdade da questão social. **Vivências**, 2010, n. 9, Vol. 6, p. 103-111.

GOERK, C. **Economia Popular Solidária**: no processo de reestruturação produtiva brasileira. **Revista Virtual & Contextos**, 2005, n.4.



ICAZA, A. M. S. e FREITAS, M. R. **O Projeto Esperança/Cooesperança: e a Construção da Economia Solidária no Brasil.** Porto Alegre: Cáritas Brasileira, 2006.

JORNAL DIARIO DE SANTA MARIA. **Divulgação Diário de Santa Maria, Santa Maria. Disponível em:** <  
[http://www.esperancacooesperanca.org.br/feicoop/index.php?option=com\\_content&view=article&id=42&Itemid=12](http://www.esperancacooesperanca.org.br/feicoop/index.php?option=com_content&view=article&id=42&Itemid=12)>. Acesso em: 08 jul. 2011.

KASHIMOTO, E. M.; MARINHO, M. e RUSSEF, I. **Cultura, Identidade e Desenvolvimento Local: Conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento.** *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Universidade Católica Dom Bosco, n. 4: V. 3, p. 34-42, 2002.

LECHAT, N. P. **Economia Social, Economia Solidária, Terceiro Setor: do que se trata.** *Revista de Ciências Sociais, Civitas*, n.2: V. 1, 2002.

\_\_\_\_\_. **As Raízes Históricas da Economia Solidária e Seu Aparecimento No Brasil.** In: II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, 2002, UNICAMP. Anais..., UNICAMP: Palestra Proferida na UNICAMP, 2002.

LOPES, J. **O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas.** Recife. Ed. Universitária UFPE, 2006. 303 p.

LOWY, M. **Para Uma Sociologia das Intelectuais Revolucionários.** Lech, 1979, p. 42-46.

MAGALHÃES, I. L. **Gerenciamento de Desempenho em TI: Strategic Activity System (SAS), 2007.** Disponível em:<[http://www.mundopm.com.br/download/Artigo\\_SAS.pdf](http://www.mundopm.com.br/download/Artigo_SAS.pdf)> Acesso em : 20 out. 2011.

MANCE, E. A. **Economia Solidária: relato de experiências no Paraná.** In: Seminário Catarinense de Economia Solidária, 2000, Florianópolis. Anais..., Florianópolis, 2000.

MARQUES, P. **Lei Estadual de Economia Solidária: Inaugurado um novo período histórico.**2010. Disponível em:< <http://www.brasilautogestionario.org/legislacoes/lei-estadual-de-economia-sildaria-inaugurando-um-novo-periodo-historico-por-paulo-marques>>. Acesso em:20 out. 2011.

MATSUDA, P. M. **Incubação de Cooperativas Populares e a Extensão Universitária: Estudo de caso na INCOOP/UFSCAR Incubadora Regional de Cooperativas Populares.**

Universidade Federal de São Carlos/Ufscar, 2008. Disponível em:<<http://www.saepr.ufv.br/Image/artigos/Artigo18.pdf>>. Acesso em: 21 nov.2011.

MELO, A. B. **Trabalho, Autogestão e Economia Solidária:** Uma revisão bibliográfica sobre empresas recuperadas no Brasil. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais/ Diversidades e (Des)Igualdades, 2011, Salvador. Anais..., Salvador: UFBA, 2011.

MOREIRA, A. **Kropotkin, Piotr (1842-1921).** Disponível em:<<http://www.moreira.pro.br/piotrropotkin.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Socialismo Utópico.** Disponível em:<<http://www.moreira.pro.br/socialismoutopico.htm>> . Acesso em:14 nov. 2011.  
MTE. **Atlas da Economia Solidária no Brasil.** Brasília: SENAES, 2005.

\_\_\_\_\_. **O que é a economia solidária.** Disponível em:<[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria\\_oque.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp)>. Acesso em: 26 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Feiras em Rede de Economia Solidária e Agricultura Familiar.** Disponível em:< [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_organizacao\\_feiras.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_organizacao_feiras.asp)>. Acesso em: 26 nov. 2011.

OLIVEIRA, J. F. e MARINHO, R. M. (orgs.). ALBERTO HUGO. **Liderança:** Uma questão de competência. São Paulo: Saraiva, 2005.

PAIVA, A. C. D. **O Cooperativismo na Economia Solidária: um breve histórico sobre as origens e as perspectivas da autogestão.** 2011. Disponível em:<<http://pt.scribd.com/doc/59861177/Artigo1>>. Acesso: 14 nov. 2011.

PEREIRA et al. Análise da Gestão das Dimensões de um Empreendimento Solidário: O caso do projeto esperança/coesperança. REAd – Ed. 63, V.15, n. 2, 2009.

PEREIRA, A. C. L., CARVALHO, A. M. R. e LADEIA, C. R. **Entre os Princípios da Economia Solidária e Sua Aplicação em Uma Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis:** Contradições e desafios. In: VI Anais Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação, 2008.

POCHMANN, M. **Economia Solidária no Brasil:** Possibilidades e limites. Mercado de Trabalho, IPEA., 2004.

PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA. **Quem somos.** Disponível em:<  
[http://www.esperancacooesperanca.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19&Itemid=27](http://www.esperancacooesperanca.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=27)>. Acesso em: 12 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. **Feirão Colonial.**- Santa Maria: Folder, 2010.

RAMOS, C. A. **Políticas de Geração de Emprego e Renda Justificadas Teóricas, Contexto Histórico e Experiência Brasileira.** Série de Textos para Discussões. Brasília: Universidade de Brasília. Departamento de Economia, 2003.

REIS, L. G. **Produção de Monografias:** da teoria a pratica. 2 ed. Brasília, 2008.

RIBEIRO LIMA, V.; MARINHO, M. e BRAND, A. **História, Identidade e Desenvolvimento local:** Questões e conceitos. Histórias & Perspectivas, Uberlândia, p. 363-388, 2007.

ROSSÉS, G. F. et al. **Teoria das Relações Humanas e Economia Solidária: o caso do Projeto Esperança/ Cooesperança.** In:VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia-VII SEGeT., 2010.

SÁ, C. A. F.. **Economia Solidária em Mato Grosso do Sul:** Desafios e possibilidades. Monografias (Especialização em Gestão Empresarial e Recursos Humanos),UNAES, Campo Grande/MG, 2005. Disponível em:<  
[http://socioeco.org/bdf/\\_docs/carlos\\_sa\\_es\\_no\\_ms\\_desafios\\_e\\_possibilidades.pdf](http://socioeco.org/bdf/_docs/carlos_sa_es_no_ms_desafios_e_possibilidades.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2011.

SANTOS, E. L. e STEFANO, S. R. **Os Princípios e a Gestão do Cooperativismo de Crédito:** Caso sistema CRESOL. **Revista Eletrônica Lato Sensu,** UNICENTRO, Ed. 6 Ano: 2008.

SEBRAE. **Cooperativismo no Brasil.** Disponível em:<  
[http://www.medcredprudente.com.br/sis\\_php/fotos/Cooperativas.pdf](http://www.medcredprudente.com.br/sis_php/fotos/Cooperativas.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2011.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.- 4ª Reimpressão.

SILVA, A. V. **Economia Solidária:** Uma estratégia política de desenvolvimento.2010, 147 f. Tese (Doutorado em Sociologia),. UFP, João Pessoa, 2010.

SOUZA NETO, P. M. e VALERY, F. D. **O Fator Humano Na Economia Solidária:** O doce remédio do relacionamento colaborativo de uma matriz de cooperação. In: SIMPOI- Simpósio de Administração da Produção, São Paulo, 2009, p. 1-16.

TANNENBAUM, R. e SCHIMDT, W. H. **Como Escolher Um Padrão de Liderança.** trad. S.A. Licença da Editora Abril. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1986.- V. 5.

TAUILE, J. R. e DEBACO, E. S. **Autogestão no Brasil:** a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. In: Artigo apresentado no VII Encontro Nacional de Economia Política, Curitiba, 2002.

UBERDAN, L. **Brasil Autogestionário:** Especialistas analisam a evolução da economia solidária no Brasil. 2009. Disponível em:< <http://www.brasilautogestionario.org/economia-solidaria/especialistas-analisam-a-evolucao-da-economia-solidaria-no-brasil/>>. Acesso em: 24 nov. 2011.

VIEIRA, E. M. **Cooperativas de Trabalho:** Estudo do cooperativismo intermediador de mão-de-obra e seus reflexos para o trabalhador brasileiro. Santa Maria: Mila, 2005.

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A - Questionário da pesquisa realizada na 18ª FEICOOP em Santa Maria/RS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE TECNOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**PERFIL DOS EMPREENDEDORES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA DOS PARTICIPANTES DA 18ª FEICOOP DE SANTA MARIA/RS**

1. Sexo

masculino  feminino

2. Qual sua nacionalidade? \_\_\_\_\_

3. Idade?

menos de 21 anos  de 21 à 30 anos  31 à 40 anos  de 41 a 50 anos  
 acima de 50 anos

4. Estado civil

casado  solteiro  divorciado  outros

5. Grau de instrução

Não-alfabetizado  Ensino Fundamental  Ensino Médio  Curso técnico  
 Ensino Superior

6. Tempo de participação na Economia Solidária.

menos de 1 ano  1 à 3 anos  4 à 7 anos  7 à 10 anos  acima de 11 anos

7. Função exercida no empreendimento:

Diretor/Superintendente  Gerente  Supervisor   
Outra \_\_\_\_\_

8. Qual o tempo de função no empreendimento:

Menos de 1 ano  1 a 3 anos  4 a 7 anos  7 a 10 anos   
acima de 11 anos

9. Tempo de dedicação à economia solidária:

total  parcial (trabalho em outro empreendimento)

10. Considera o seu empreendimento de economia solidária auto-sustentável?

sim  não

11. Qual a renda mensal auferida com o seu empreendimento de economia solidária?

\_\_\_\_\_

12. Quantas pessoas dependem da renda do empreendimento?

0 a 1  2 a 3  4 a 5  mais de 5.

13. Quantas pessoas da sua família estão envolvidas nas atividades do dia-a-dia do empreendimento.

1                     2                     3                     4                     acima de 4 pessoas

14. Tipo de produtos que o seu empreendimento representa:

Hortifrutigranjeiros       Artesanal       Agroindustrial       Floricultura  
 outros \_\_\_\_\_

15. Quantos funcionários auxiliam nas atividades de seu empreendimento

1                     2                     3                     4                     acima de 5 pessoas

16. Como você considera o participante da feira de economia solidária que produz e vende o mesmo tipo de produto seu:

concorrente forte       concorrente       não influência       parceiro fraco       parceiro forte

17. Já realizou trocas solidárias?

Sempre       Quase sempre       Apenas algumas vezes       Raramente       Nunca

18. Realiza cursos ou treinamentos que visam o aperfeiçoamento de suas atividades?

Sempre       Com frequência       Às vezes       Raramente       Nunca

19. Qual o principal fator que motiva e faz você participar do meio solidário?

Cooperação       Liberdade de expressão       Domínio do que faz (técnica)  
 Nova experiência       Necessidade de complementação da renda

20. O que falta para melhorar a feira de economia solidária de Santa Maria?

Espaço físico       Melhor localização       Divulgação       Mais dias de feiras       Melhores Estandes       Reuniões      Outras considerações: \_\_\_\_\_

21. Suas vendas são maiores em que meses do ano?

Jan       Fev       Mar       Abr       Mai       Jun       Jul       Ago       Set       Out  
 Nov       Dez

22. Você possui acesso a recursos governamentais?

Sim                     Não

Se sim,

23. Quando?

Sempre       Com frequência       Às vezes       Raramente       Nunca.

24. Você possui acesso a recursos não governamentais-ONGs?

Sim                     Não

Se sim,

25. Quando?

Sempre       Com frequência       Às vezes       Raramente       Nunca.